

**UNIVERSIDADE FEDERAL DO PAMPA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO
Curso de Mestrado Profissional em Educação**

ANA LAURA SACHETE GARCIA

RELATÓRIO CRÍTICO-REFLEXIVO

**EVASÃO ESCOLAR NO CURSO PROEJA/FIC PESCA E AQUICULTURA
NO MUNICÍPIO DE MANOEL VIANA – RS**

**Jaguarão
2015**

ANA LAURA SACHETE GARCIA

**EVASÃO ESCOLAR NO CURSO PROEJA/FIC PESCA E AQUICULTURA
NO MUNICÍPIO DE MANOEL VIANA – RS**

Relatório crítico-reflexivo apresentado ao programa de Pós-graduação Stricto sensu Mestrado Profissional em Educação da Universidade Federal do Pampa, como requisito parcial para obtenção do Título de Mestre em Educação.

Orientadora: Dra. Silvana Maria Gritti

**Jaguarão
2015**

Ficha catalográfica elaborada automaticamente com os dados fornecidos
pelo(a) autor(a) através do Módulo de Biblioteca do
Sistema GURI (Gestão Unificada de Recursos Institucionais) .

S121e Sachete, Ana Laura Sachete Garcia
EVASÃO ESCOLAR NO CURSO PROEJA/FIC PESCA E AQUICULTURA NO
MUNICÍPIO DE MANOEL VIANA – RS / Ana Laura Sachete Garcia
Sachete.

88 p.

Dissertação(Mestrado)-- Universidade Federal do Pampa,
MESTRADO EM POLITICAS PUBLICAS, 2015.

"Orientação: Silvana Maria Gritti".

1. Educação . 2. Evasão. 3. Trabalho. I. Título.

ANA LAURA SACHETE GARCIA

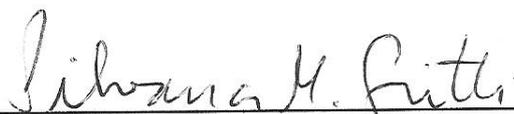
**EVASÃO ESCOLAR NO CURSO PROEJA/FIC PESCA E
AQUICULTURA NO MUNICÍPIO DE MANOEL VIANA – RS**

Relatório crítico-reflexivo
apresentado ao programa de Pós-
graduação Stricto sensu Mestrado
Profissional em Educação da
Universidade Federal do Pampa,
como requisito parcial para obtenção
do Título de Mestre em Educação.

Área de concentração:
Educação

Relatório Crítico Reflexivo apresentado e aprovado em: 18 de março de
2015

Banca examinadora:



Prof. Dra. Silvana Maria Gritti

Orientadora CPF 371 911 440-68
(UNIPAMPA)



Prof. Dra. Georgina Helena Lima Nunes

(UFPEL) CPF 413 839 740.04



Prof. Dr. Bento Selau da Silva Jr

(UNIPAMPA) CPF 791 685 740-53

Dedico este trabalho aos meus amados filhos Pedro Henrique, Maria Gabriela e João Lucas que são a razão de tudo e minha fonte de inspiração, a vocês meus amores.

AGRADECIMENTO

Aos meus filhos Pedro Henrique, Maria Gabriela e João Lucas, pela compreensão e ternura sempre manifestadas apesar da falta de atenção e ausências, pelas demonstrações de afeto ao requisitarem minha presença e também pela espontaneidade, carinho e amor incondicional que sempre me estimularam nos momentos difíceis.

Aos meus pais, Amauri Londero Sachete e Eleiza dos Santos Sachete, um agradecimento carinhoso por todo o apoio durante toda a minha vida e, sobretudo, nos momentos mais difíceis dos últimos dois anos, suprimindo minhas ausências junto aos meus filhos e permitindo que me dedicasse à finalização do meu trabalho.

Ao Programa de Auxílio da Pós-Graduação – PAPG, da UNIPAMPA pelo auxílio financeiro.

A todos os colegas do mestrado e aos professores do Programa de Pós-Graduação em Educação da UNIPAMPA agradeço o convívio, solidariedade e amizade compartilhadas todo esse tempo.

À Escola Alberto Pasqualini pelo inestimável apoio na preparação e elaboração dos encontros e pela disponibilidade sempre manifestada.

Aos participantes da pesquisa, que foram compreensivos e amáveis, permitindo que eu aprendesse com suas histórias.

Aos professores PPGEdu, por suas disponibilidades e contribuições teóricas no exame de qualificação e defesa deste relatório.

À professora e orientadora, Silvana Maria Gritti, um agradecimento especial por todos os momentos de paciência, compreensão, competência assim como pelas críticas, correções e sugestões relevantes feitas durante a orientação. Mas, sobretudo, muito obrigada, por não ter medido esforços para a conclusão deste trabalho.

Muito Obrigada!

“Onde quer que haja mulheres e homens, há sempre o que fazer, há sempre o que ensinar, há sempre o que aprender.”
Paulo Freire

RESUMO

Este Relatório Crítico Reflexivo resulta de uma pesquisa e uma intervenção que teve o objetivo de promover atividades de formação junto à Secretaria Municipal de Educação, Escola Alberto Pasqualini e Associação de Pescadores para a reorganização do curso sob a perspectiva do sujeito trabalhador de forma que novos cursos não venham a sofrer com a evasão escolar. A metodologia de pesquisa utilizada optou por buscar nos indivíduos que se evadiram do curso as motivações que os levaram a abandonar o curso, evitando assim apenas uma discussão teórica dessas possibilidades. Apresenta ainda um projeto de intervenção aplicado aos setores envolvidos com propostas elaboradas a partir dos resultados obtidos na pesquisa. Este projeto de intervenção buscou discutir caminhos a serem seguidos para que novos cursos que venham a ser ofertados não apresentem índices elevados de evasão, cumprindo dessa forma o seu papel de levar esses sujeitos à conclusão do ensino fundamental. A pesquisa e o projeto de intervenção foram realizados com uma turma de pescadores alunos do curso PROEJA - FIC – Rede Certific de Pesca e Aquicultura da EMEF Alberto Pasqualini no município de Manoel Viana, fronteira oeste do estado do Rio Grande do Sul, na Região Sul do Brasil. A pesquisa mostrou que muitos dos problemas que levaram ao alto índice de evasão estavam nos processos de concepção e implantação do curso, na seleção dos alunos e nas informações necessárias a todos os sujeitos envolvidos, desde os alunos, professores e equipe diretiva da escola. A proposta de intervenção foi permeada por esses fatores no intuito de desencadear discussões a luz do conhecimento e das necessidades dos sujeitos envolvidos no processo, os alunos do curso em que a pesquisa foi aplicada.

Palavras-chave: Educação, Evasão, Trabalho

ABSTRACT

This Reflective Critical Report is the result of a research and intervention that aimed to promote training activities along with the City Department of Education, Alberto Pasqualini School, and the Association of Fishermen, for their organization of the course base don't be subject worker perspective in a way that new courses not suffer because school evasion. The research method used opted to look for the people who have evaded the course, and the motivations that led them to abandon the course, avoiding only a theoretical discussion of these possibilities. It also presents an intervention project applied to sectors involved in proposals drawn up from the results obtained in the research. The intervention project aimed to discuss ways to follow, in order that new courses that will be offered do not present high levels of evasion, thus fulfilling its role to assist such subject to completion of primary education. The research and intervention project were carried out with a group of fishermen students of the Fisheries and Aquaculture course (PROEJA-FIC – Certific Program) from the EMEF Alberto Pasqualini, in the Manoel Viana city, western border of the Rio Grande do Sul state, in the South of Brazil. The research showed that many of the problems that led to the high student evasion rate occurred due to the course design and implementation, the selection of students, and the information needed by all those involved, from students, teachers, and the school management team. The proposed intervention was permeated by these factors in order to trigger discussions in the light of knowledge and the need of the subjects involved in the process, the students of the course where the research was applied.

Keywords: Education, School Evasion, work

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 – Balseiros do Rio Ibicuí em 1930	18
Figura 2 – Vista frontal do prédio da EMEF Alberto Pasqualini em 2015	24
Figura 3 – Pescador artesanal pescando no rio Ibicuí	28
Figura 4 – Sede da Associação dos Pescadores em 2015	30
Figura 5 - Turma de alunos Pescadores e Professores	70

LISTA DE GRÁFICOS

GRÁFICO 1- Número de alunos por faixa etária	31
GRÁFICO 2 - Percentual de alunos pescadores e não-pescadores	45

LISTA DE ABREVIATURAS

EJA – Educação de Jovens e Adultos

EMEF – Escola Municipal de Educação Básica

DIS – Defasagem Idade-Série

IFF – Instituto Federal Farroupilha

PPP – Projeto Político Pedagógico

PROEJA – Programa Nacional de Integração da Educação Profissional com a Educação básica

SMECD – Secretaria Municipal de Educação Cultura e Desporto

Sumário

1 INTRODUÇÃO	14
2 CONTEXTUALIZAÇÃO	18
2.1 Onde nascem os sujeitos e a escola: município de Manoel Viana	18
2.2 Estrutura educacional: surgimento das escolas	21
2.3 A escola: onde estudam os pescadores artesanais	22
2.4 O Proeja na escola Alberto Pasqualini	25
2.5 Os pescadores: alunos do proeja	27
3 A RELAÇÃO EDUCAÇÃO X TRABALHO NO CONTEXTO TEÓRICO	33
4 EVASÃO NO CURSO PROEJA-FIC.....	39
4.1 Metodologia da pesquisa	42
4.2 Instrumentos da pesquisa.....	43
4.3 Da pesquisa ao diagnóstico	44
4.4 Análise dos resultados da pesquisa.....	47
5 PROJETO DE INTERVENÇÃO: EVASÃO ESCOLAR NO CURSO PROEJA-FIC PESCA E AQUICULTURA NO MUNICÍPIO DE MANOEL VIANA – RS	60
5.1 Justificativa	60
5.2 Objetivos.....	61
5.2.1 Objetivo geral.....	61
5.2.2 Objetivos específicos.....	61
5.3 Desenvolvimento do projeto	61
5.4 Cronograma de ações.....	63
5.5 Descrições das atividades propostas.....	64
5.5.1 Atividade um	64
5.5.1.1 Desenvolvimento atividade um	64
5.5.2 Atividade dois	65
5.5.3 Atividade três	65
5.5.3.1 Desenvolvimento das atividades dois e três.....	66

5.5.4	Atividade quatro.....	71
5.5.4.1	Desenvolvimento da atividade quatro	71
5.5.5	Atividade cinco.....	72
5.5.5.1	Desenvolvimento da atividade	73
5.6	Custos e recursos	77
5.7	Avaliação do projeto	78
6	CONSIDERAÇÕES FINAIS	80
	REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	83
	APÊNDICES	86
	APÊNDICE A - Perguntas norteadoras da entrevista realizada com os alunos evadidos.	87
	APÊNDICE B – Ficha avaliativa para ações de intervenção.....	88

1 INTRODUÇÃO

Este trabalho que resulta neste relatório crítico-reflexivo emerge das minhas inquietações referentes aos elevados índices de evasão que as escolas *vêm* apresentando, principalmente na EJA.

Tendo em vista que esta modalidade de ensino busca justamente trazer de volta aos bancos escolares àqueles alunos que, por circunstâncias diversas, foram obrigados a abandonar os estudos anteriormente, é preciso investigar que motivos estão levando esses alunos à evasão escolar novamente.

A história da educação brasileira evidencia que ao longo dos tempos a educação brasileira tem sido marcada por acentuados processos de exclusão, dá escola e na escola conforme FERRARO (2004) a exclusão que se materializa na escola reflete também o caráter excludente inerente à sociedade do capital em que vivemos.

As inúmeras pesquisas de FERRARRO, 2004; DEL PINO (2012); PEDRALLI (2013) têm demonstrado que a escola denominada pública, historicamente tem reproduzido no seu interior os processos de exclusão de uma parte significativa daqueles que a tem buscado. Tem-se observado que a escola em sua materialização teve e tem dificuldade na concretização de um processo de escolarização com qualidade para todos. Isso pode levar a pensar que apenas os alunos com as melhores notas e condições financeiras estáveis permanecem estudando até concluir seus estudos na idade considerada ideal, o que quando não acontece cria um novo problema à escola, a chamada defasagem idade-série (DIS) que segundo CORRÊA (2014) é entendida como a diferença entre a idade do estudante ao cursar uma série letiva e aquela apropriada para fazê-lo.

Conforme a Síntese dos Indicadores Sociais (IBGE, 2014), no ano de dois mil e treze, os vinte por cento mais pobres da população brasileira possuem uma taxa de DIS três vezes maior que os vinte por cento mais ricos da população, fazendo com que o atraso escolar afetasse mais da metade desses estudantes.

Nesse contexto milhares de pessoas desprovidas de condições objetivas para permanecerem na escola, quer sejam materiais, sociais e/ou com dificuldades de aprendizagem foram e são levadas a abandonar os bancos escolares e passam

para o mercado de trabalho, seja ele formal ou informal o que acarretava e ainda acarreta altos índices de evasão escolar. Conforme SHIROMA (2011), historicamente, em nosso país, as políticas educacionais não favoreceram que alunos das classes trabalhadoras realizassem um percurso educacional capaz de garantir o direito à conclusão da educação básica com formação integral.

Contemporaneamente, propalando como tentativas de reparar e corrigir estas “distorções” foram criadas alternativas para que essas pessoas, excluídas ou impedidas de frequentar a escola, pudessem voltar à escola e concluir seus estudos em tempos distintos do ensino regular, é o caso da modalidade Supletivo e atualmente da modalidade Educação de Jovens e Adultos - EJA, que buscam possibilitar que essas pessoas possam retornar aos bancos escolares e concluir primeiramente o ensino fundamental e posteriormente o ensino médio, para tanto, fazem uso de condições diferenciadas de currículo e tempo de duração para cada um dos níveis (BRASIL, 2007).

Como forma de fortalecer o vínculo educação/trabalho surge os chamados cursos de PROEJA, que aliados ao ensino fundamental ou médio, trazem junto uma formação profissionalizante a nível fundamental e técnica para nível médio, aos alunos matriculados nessa modalidade.

De maneira geral por ser um programa do governo federal o PROEJA é oferecido nos Institutos Federais de Educação ou em parceria entre estes e as prefeituras dos municípios interessados em buscar essa modalidade de ensino. Esse programa possibilita o acesso à formação profissionalizante àquelas pessoas que em algum momento de sua vida escolar tiveram que abandonar os estudos devidos a necessidades mais imediatas como, por exemplo, trabalhar para ajudar no sustendo de suas famílias ou pelo simples fato de falta de acesso a escola como é o caso daqueles estudantes oriundos de famílias de trabalhadores rurais e ribeirinhos.

Conforme o Documento Base do Proeja Formação Inicial e Continuada do PROEJA este [...] traz novos desafios para a construção e a consolidação desta proposta educacional que se pretende parte de uma política de inclusão social emancipatória (BRASIL, 2007).

A emancipação desses sujeitos traz implícita a condição de inserí-los no contexto social como agentes de transformação de suas vidas, como protagonistas e não como meros coadjuvantes que, muitas vezes, desconhecem até mesmo seus

direitos enquanto cidadãos. Entendo que é de direito, não somente à educação como anuncia a Constituição Federal de 1988, mas também aliada ao direito subjetivo o direito a uma educação que desenvolva a capacidade de entender o mundo a sua volta, criando condições objetivas que possibilitem a apropriação/conhecimento do mundo no qual se inserem. Acredito que o conhecimento é instrumento fundamental para a concretização de uma “inclusão social emancipatória” conforme propala o documento Base do PROEJA. Até porque a emancipação se realiza quando o sujeito se torna capaz de tomar suas próprias decisões com o máximo de discernimento possível e buscar seus direitos e melhorar sua qualidade de vida e de suas famílias.

Ainda para a realização de um processo emancipatório, é importante ressaltar que o PROEJA precisa respeitar as vivências desses alunos além de seus tempos de aprendizado que podem estar de certa forma vinculados aos longos períodos de afastamento dos bancos escolares. Dessa forma:

Propiciar a esse público o acesso a serviços e produtos culturais de que até então foram privados, respeitando os saberes construídos em suas trajetórias, permitindo a organização da reflexão e de estruturação de possibilidades de interferências na realidade é fator de democratização e justiça distributiva (Brasil,2007, p.2).

Porém, com todas as adequações feitas nessa modalidade aponto aqui algumas questões que me instigaram e me levaram a esse estudo, especificamente no curso de PROEJA/FIC – Rede Certific de Pesca e Aquicultura, desenvolvido na Escola Municipal de Ensino Fundamental Alberto Pasqualini no município de Manoel Viana, localizado na Fronteira Oeste do Rio Grande do Sul, parceria firmada entre a Secretaria de Educação do município e o Instituto Federal Farroupilha – IFF Campus Alegrete.

Porque um curso que é formatado para levar esses pescadores à conclusão do Ensino Fundamental, aumentando o nível de escolaridade dessa comunidade e que, ao mesmo tempo, permite formação técnica, apresenta um nível de evasão tão significativo? Qual motivo levou essas pessoas voltarem aos bancos escolares? Que razões os fizeram novamente abandonar os estudos? Que providências foram tomadas por parte dos órgãos responsáveis, no caso a EMEF Alberto Pasqualini, Secretaria de Educação e o IFF para que esses alunos não se evadissem?

A discussão principal desse trabalho deve ser endereçada na motivação de um número elevado de alunos evadidos do curso PROEJA-FIC em Aquicultura do Instituto Federal Farroupilha – Campus Alegrete oferecido na EMEF Alberto Pasqualini. Essa evasão não deveria ser normal em um curso que deveria ser formatado para um público que está há muito tempo afastado dos bancos escolares, com a intenção de proporcionar aumento no nível de escolaridade de uma comunidade através da formação técnica. Porém, a evasão foi fato, e alguns aspectos devem ser analisados mais a fundo, e tentaremos elencar alguns motivos aparentes.

No intuito de compreender as intervenientes que levaram a esse processo de evasão elaborou-se esse trabalho, que envolve pesquisa-ação, ou seja, além da pesquisa diagnóstica este trabalho teve o compromisso da intervenção no sentido de desencadear ações que pudessem contribuir para que no futuro novos cursos com a mesma finalidade não venham a sofrer com os mesmos problemas apontados, diagnosticados neste trabalho.

2 CONTEXTUALIZAÇÃO

Neste capítulo apresentamos a contextualização dos espaços onde se constituem os sujeitos da pesquisa bem como a escola, o curso PROEJA e a organização dos contextos educacional e social onde se deu a aplicação do curso para esse grupo de pescadores.

2.1 Onde nascem os sujeitos e a escola: município de Manoel Viana

O município de Manoel Viana nasceu às margens do rio Ibicuí, inicialmente como um pequeno povoado pertencente ao município de São Francisco de Assis, sendo que na época chamava-se Passo Novo do Ibicuí, pois era o ponto de passagem entre São Francisco de Assis e o município de Alegrete. Essa travessia inicialmente era feita por uma balsa, como mostra a figura 1, presa a um cabo de aço com roldanas e puxada pelos braços dos trabalhadores.

Esse local por não ser muito profundo também permitia, durante as épocas mais secas do ano, a passagens de grandes tropas de gado através do rio, para o município de Santana do Livramento que era entreposto comercial de bovinos na época. O gado, juntamente com os cavaleiros, fazia essa travessia pelo leito do rio, ao passo ou a nado, dependendo do volume do nível do rio naquele momento.

Figura 1 – Balseiros do Rio Ibicuí em 1930



Fonte: Site oficial do município

A imagem acima foi retirada do site da Prefeitura Municipal de Manoel Viana onde consta um breve histórico do município e mostra a balsa que era utilizada para fazer a travessia do rio, é possível perceber que não há nenhum tipo de motor para tocar a embarcação. Além disso, a esquerda da imagem é possível identificar uma pessoa segurando uma espécie de remo que os pescadores costumam chamar de “botador” que serve tanto para impulsionar a embarcação quanto para direcioná-la.

Esse instrumento ainda é usado nos dias de hoje pelos pescadores que não possuem embarcações com motor. Em geral usa-se um bambu, que na região é chamado de “taquara”, bastante longo, que ao alcançar o fundo do rio serve como alavanca para impulso e controle do barco, por não ter um alcance muito longo é preciso navegar margeando o rio onde as profundidades são menores.

A mudança do nome da localidade ocorreu posteriormente quando foi elevada a vila onde recebeu o nome atual em homenagem aos serviços prestados pelo Intendente Manoel Viana de 1908 até 1916. No início a vila de Manoel Viana contava com um pequeno número de moradores, agricultores, pescadores, tropeiros, carreteiros e pequenos proprietários de terras. Com o início da construção da ponte General Osório sobre o rio Ibicuí em 1945 e inaugurada em 1950 a população da vila teve um crescimento considerável, pois o local passou a ser um importante ponto de ligação rodoviário entre a região das Missões e a Fronteira oeste do estado.

Em março de mil novecentos e noventa e dois, a então vila de Manoel Viana emancipou-se do município de São Francisco de Assis e passou ao nível de município de Manoel Viana.

O rio Ibicuí é um dos símbolos do município, seja pela ligação histórica da própria origem da cidade, seja pela beleza como ponto turístico, como também pela representatividade econômica, tendo em vista que as suas margens existem grandes extensões de plantações de arroz, que representam parcela importante da economia do município. Além disso, ainda podemos citar a extração de areia do leito do rio através de dragas e que abastassem a construção civil de várias cidades no entorno.

Outra contribuição importante desse rio para a cidade diz respeito ao número de pessoas que tiram o sustento de suas famílias através da pesca, são os pescadores artesanais. Essa atividade não apresenta uma característica comercial ou industrial, na verdade é uma atividade de subsistência onde o que é pescado é

vendido de porta em porta ou na casa dos próprios pescadores para seus vizinhos e/ou familiares. A renda obtida é utilizada para o sustento da família e para comprar o que for necessário para a próxima pescaria, como combustível, comida, linhas, redes, anzóis, entre outros.

Apesar da atividade pesqueira desempenhar um papel importante na questão da manutenção econômica dessas famílias, a atividade é encarada como uma alternativa para aquelas pessoas que não se adaptaram ou não possuem capacitação para trabalhar em outros setores do município, como a construção civil ou agropecuária. Não há uma valorização da atividade por parte do município, que não conta sequer com um local apropriado para que os pescadores deixem suas pequenas embarcações.

Com uma área de 1391 Km² (IBGE, 2010), o município apresenta uma forte característica para a criação extensiva de bovinos e ovinos e para a produção de grãos. Apesar de existirem algumas propriedades com grandes extensões de terra a predominância é de pequenas propriedades, contando inclusive com um assentamento com aproximadamente trezentas famílias assentadas que produzem, principalmente, leite e soja.

Atualmente o setor primário do município destaca-se pela produção de grãos como soja, milho, trigo e arroz, sendo que a pecuária perdeu bastante espaço para a atividade agrícola. Com isso, pequenos produtores estão arrendando suas terras e mudando-se para a cidade em virtude dos altos valores pagos pelos arrendatários, o que está ocasionando a diminuição de itens produzidos pela chamada agricultura familiar, como ovos, frutas, verduras e legumes que antes eram vendidos em uma pequena feira na praça central e agora são basicamente encontrados nos mercados, vindos de fora da cidade segundo informações obtidas junto a Secretaria Municipal de Agricultura e Pecuária.

O município de Manoel Viana conta com uma população de 7.333 habitantes (IBGE, 2010), com matriz produtiva baseada na agropecuária, com predominância de cultivares como soja, milho, trigo e arroz. Neste mesmo documento a pesca não figura como uma atividade econômica desenvolvida no município, sendo apenas relatada a existência de dois criatórios de peixes.

2.2 Estrutura educacional: surgimento das escolas

A estrutura educacional conta, atualmente, com 62 (sessenta e dois) educadores atuando na rede municipal de ensino. Conforme o Censo escolar 2013 estão efetivamente matriculados 503 alunos, assim distribuídos: Escola Érico Veríssimo (zona rural), 67 (sessenta e sete) discentes, Escola Henrique Dias (zona Rural) 75 (setenta e cinco) discentes, Escola Alberto Pasqualini (zona urbana) 294 (duzentos noventa e quatro) discentes e a Creche Municipal Veni Loterman com 67 (sessenta e sete) crianças atendidas.

O surgimento dessas escolas dentro do município ocorreu a partir de demandas distintas. A EMEF Henrique Dias na localidade da Barragem do Itú, zona rural do município, surgiu para atender aos filhos dos trabalhadores da construção da hidrelétrica do rio Itú, obra essa que ficou inacabada até hoje, mas que deixou como legado essa escola. A escola EMEF Érico Veríssimo foi fundada na localidade do Lajeado e atende a comunidade rural do seu entorno desde o início de suas atividades.

Uma questão interessante dessas escolas é que diferente de algumas outras regiões onde pequenas escolas existentes em fazendas ou mesmo prédios próprios e que eram atendidas por um único professor foram fechadas e uma única escola núcleo passou a atender os alunos, as duas escolas citadas anteriormente sempre funcionaram da mesma maneira, em momento nenhum absorveram alunos de outras escolas que deixaram de funcionar.

A EMEF Alberto Pasqualini que abriga o curso dos pescadores, não foi construída em função de atender essa comunidade, na verdade essa escola foi construída para atender toda a comunidade residente na então vila de Manoel Viana, o que também incluía os filhos de pescadores, como é até hoje. É importante ressaltar que somente no ano de dois mil e doze surgiu um curso específico para esse grupo de trabalhadores.

Ainda com relação às escolas do campo, a quantidade de alunos já foi bem maior, mas o esvaziamento rural está acarretando uma queda acentuada nessa clientela. O interessante desse processo é que o crescimento da agricultura trouxe a diminuição das famílias no campo, tendo em vista que muitos arrendaram suas propriedades para o cultivo de grãos e foram morar na cidade. Imagina-se que com o crescimento da agricultura cresça também a demanda de mão-de-obra, porém,

com a crescente mecanização dos processos agrícolas a demanda é menor e seletiva, uma vez que a tecnologia utilizada por esses equipamentos muitas vezes não é acessível a esses pequenos agricultores que não faziam uso de mecanização.

Outro fator importante é que os arrendatários não se estabelecem no local enquanto moradores ou até mesmo seus empregados, grande parte deles residem na cidade e como as distâncias dentro do município não são muito grandes em relação à sede, deslocam-se todos os dias até as plantações.

Para aquelas famílias que continuam residindo no campo e que possuem filhos em idade escolar a administração municipal disponibiliza transporte escolar gratuito a todos os alunos da zona rural, seja para aqueles alunos que estudam nas escolas rurais, seja para aqueles alunos que moram na zona rural, mas estudam em escolas urbanas, como é o caso dos alunos do Ensino Médio que são conduzidos pelo transporte escolar para estudar na cidade.

Há, portanto por parte da administração municipal um comprometimento em possibilitar aos alunos da zona rural e urbana condições iguais de transporte para acesso a escola tanto no nível fundamental quanto no nível médio, uma vez que as escolas rurais não disponibilizam esse nível de ensino. O transporte escolar foi implantado no município desde o momento em que foi emancipado, uma vez que enquanto pertencia ao município de São Francisco de Assis a região não contava com esse tipo de serviço.

2.3 A escola: onde estudam os pescadores artesanais

A Escola Municipal de Ensino Fundamental Alberto Pasqualini é a única escola municipal da zona urbana e atende predominantemente alunos filhos de pescadores, trabalhadores informais, da construção civil e do assentamento Santa Maria do Ibicuí.

Localizada no bairro Vila Nova, atualmente, a escola conta com 294 (duzentos e noventa e quatro) alunos matriculados que vão da Educação Infantil ao 9º ano, funcionando em três turnos (manhã, tarde e noite). Desde o ano de 2010 a escola contempla a Educação de Jovens e Adultos. Tendo sido inaugurada em 1º de agosto de 1961. Fundada pelo decreto municipal nº 04 de 27 de maio de 1977 e Oficializada sua Criação pelo Decreto nº 97 de 22/8/1978, sendo a denominação atual sob a Portaria de Reorganização da SEC sob nº 22240

de 12/12/1979 e sob Decreto Executivo nº 039 de 31/03/2006, mantém os seguintes níveis e modalidades escolares de Educação Básica: a) Educação Infantil; b) Ensino Fundamental; c) Educação de Jovens e Adultos profissionalizante e regular conforme previsto em seu Projeto Político Pedagógico.

Esse estabelecimento de ensino assiste essa comunidade há mais de 50 anos. Possui 11(onze) salas de aulas, 3 banheiros para alunos e 2 banheiros para os funcionários, biblioteca, sala de vídeo, laboratório de informática, sala de recursos multifuncionais, cozinha, refeitório, secretaria, quadra de esportes, sala dos professores, sala da Direção e sala de Orientação e Supervisão. A escola possui em anexo um gabinete odontológico e um tele centro comunitário.

Desde 2010 o tele centro comunitário está presente na escola e conta com 10 (dez) computadores com acesso a internet para uso da comunidade mediante agendamento de horário.

A escolha da escola como local para sua implantação ocorreu devido a sua localização e disponibilidade de espaço, além do fato de servir de local de pesquisa para os alunos da própria escola. O tele centro conta com um grupo de pessoas responsáveis por sua administração, fazendo parte deste a direção da escola, presidente da associação do bairro onde a escola está localizada e um representante da secretaria de educação do município. O tele centro conta hoje com dez computadores com acesso a internet e uma impressora. No momento, porém, está desativado por falta de pessoal para atender ao público.

A escola conta ainda com um Gabinete Odontológico para atendimento da comunidade escolar e em geral mediante agendamento de consultas junto à direção da escola. Conforme consta no PPP esse serviço está disponível na escola com a finalidade de melhor servir a comunidade escolar, além de tratar e prevenir problemas odontológicos.

A escola está incluída no Programa Mais Educação e no Saúde na Escola, ambos do Governo Federal. Com relação ao Programa Mais Educação, a escola atende a aproximadamente cem alunos que participam de oficinas pedagógicas, esportivas e culturais, permanecendo dessa forma em turno integral na escola onde também recebem café da manhã, almoço e lanche da tarde.

Já o Programa Saúde na Escola, trata-se de uma parceria entre os ministérios da Educação e da Saúde e tem o objetivo de promover a prevenção, promoção e atenção à saúde das crianças, adolescentes e jovens do ensino público básico,

desenvolvendo atividades que vão desde avaliações clínicas, psicológicas e sociais a acompanhamento nutricional, formação de profissionais da área de saúde e monitoramento constante dos alunos envolvidos no programa.

O Quadro de pessoal desta escola está composto por 02 (dois) docentes atuando na Educação Infantil, 10 (dez) nos anos iniciais, 08 (oito) nos anos e séries finais e 05 (cinco) na educação de jovens e adultos. Seu Projeto Político Pedagógico (PPP) foi (re) construído no ano de 2012 com a participação de todos os segmentos.

Esse processo ocorreu através de reuniões por segmentos para acolhida de propostas inicialmente e por fim em assembleia geral, com a participação de toda a comunidade escolar para apreciação de todas as propostas apresentadas para o Projeto Político Pedagógico. Este processo encontra-se documentado em atas.

Figura 2 – Vista frontal do prédio da EMEF Alberto Pasqualini em 2015



Fonte: Própria Autora

A figura 2 mostra a vista frontal da EMEF Alberto Pasqualini, que na época se encontrava no período de férias escolares e, portanto, fechada. Na ocasião a escola passava por obras na quadra de esportes, localizada atrás do prédio visto na imagem, recebendo uma cobertura e novo piso.

A escola conta com apenas com um prédio que abriga todos os setores desde o administrativo, salas de aulas, biblioteca, refeitório, cozinha e banheiros.

2.4 O Proeja na escola Alberto Pasqualini

Conforme MACHADO (2008); SILVA (2011); SHIROMA (2011) o PROEJA é composto de duas origens completamente distintas: o ensino técnico-profissionalizante e a educação para jovens e adultos. Devido a essas origens, os cursos ministrados nessa modalidade apresentam uma série de especificidades e vantagens que os fazem ser bastante ligados aos arranjos produtivos locais e regionais. Veremos cada uma de suas duas origens de forma separada, e após mostraremos como estas modalidades tão diferentes são fundidas para formar um curso de características bastante peculiares e únicas.

O ensino técnico no Brasil teve sua origem devido à decadência da educação colonial e doutrinária aplicada pelos jesuítas, ligada a dogmas à autoridade, deixando de lado as ciências mais técnicas (CUNHA, 1991). Com a independência do Brasil, Dom João modifica a política educacional fundando várias instituições de ensino superior na área de direito, medicina, agricultura e em especial, a Escola Naval e a Escola Militar, rompendo com uma tradição literária e passando a ser um modelo de ensino técnico (MANFREDI, 2002).

Novas instituições de ensino politécnico surgiram a partir da ideia das primeiras, e a cada nova reforma, as instituições de cunho técnico-profissionalizante se redesenhavam e se adequavam às necessidades do país. Nos moldes das escolas de engenharia, escolas-fazenda foram criadas, e a partir destas, as escolas agrotécnicas e os centros de educação federal de ensino técnico, que se tornaram os atuais institutos federais (IF) e sistema S3 (SENAC, SENAI, SESI), que abarcam, atualmente, os cursos de educação profissionalizante em diversos níveis.

Já a educação de jovens e adultos (EJA) foi alvo de preocupação a partir de 1947, com o fim da ditadura de Getúlio Vargas, voltando à educação para formação de mão-de-obra qualificada, pois o país necessitava de trabalhadores para suportar a industrialização (COSTA et al., 2007). Um movimento de cunho socialista organizado pelos sindicatos (BELLO, 1993) foi chamado de MOBREAL (Movimento Brasileiro de Alfabetização), com a intenção de que o indivíduo aprendesse a ler e escrever, sem preocupação com sua formação enquanto cidadão. Em 1985 esta proposta foi extinta, dando lugar a outras propostas do Ministério da Educação, culminando na inclusão de pessoas adultas no ensino fundamental e gratuito em 1988.

Com a realidade brasileira da época em que a maioria dos indivíduos não tinham acesso às instituições de ensino superior, as escolas técnicas passaram a ser uma opção à sua formação para o mercado produtivo. As mudanças sociais e tecnológicas fizeram com que algumas formações fossem extintas, enquanto novas capacidades passaram a ser necessárias.

Assim, um programa integrado, em que a educação de jovens e adultos, para indivíduos que estão há muito tempo distantes dos bancos escolares, esteja em consonância com o ensino profissionalizante, capaz de reciclar conhecimentos já adquiridos com o objetivo de formar um cidadão produtivo e consciente de seu lugar na sociedade.

Na escola Alberto Pasqualini é ofertado o curso de Pesca e Aquicultura, PROEJA-FIC Rede Certifc. Essa turma era composta inicialmente de 25 alunos (Censo 2013). O curso é ofertado no turno da noite garantindo aos jovens e adultos trabalhadores da pesca, que não concluíram o ensino fundamental, o prosseguimento de seus estudos e dando uma certificação profissionalizante.

No PPP da escola, reformulado ao final de 2012, já é possível encontrar os objetivos para com a formação desses alunos, EJA, onde convém destacar dois que se alinham com os objetivos do PROEJA.

- Propiciar um ensino voltado às necessidades do educando, de acordo com o contexto atual e levando em conta as diferenças;
- Oportunizar o conhecimento necessário para sua inserção no mundo do trabalho, colocando-o como valor e forma de participação na sociedade;

Existe, portanto por parte da escola uma intenção de trabalho pedagógico voltado a atender as necessidades de formação dos educandos sem suas especificidades. Trazendo essa discussão para o âmbito da educação de jovens e adultos, percebemos que na proposta da escola sua especificidade é parcialmente contemplada no primeiro objetivo quando anuncia o propósito de um ensino voltado às necessidades do educando. No segundo objetivo, em que explicita o tipo de conhecimento pelo qual a escola opta oferecer, aquele necessário a inserção no mundo do trabalho, parece não contemplar o conhecimento necessário para aqueles que já estão inseridos no mundo do trabalho, como é o caso dos pescadores, que demandam sistematizar e transformar sua experiência de trabalho em conhecimento

para possibilitar, através deste processo, avançar no sentido de compreender-se e qualificar-se neste processo de ser pescador.

Da mesma forma, ao apontar como objetivo a oportunidade de conhecimentos necessários para que este aluno esteja apto ao mundo do trabalho, a escola entende seu importante papel na formação de um indivíduo capaz de buscar sua inserção no mundo do trabalho e não especificamente em uma atividade determinada. No PPP da escola lê-se a preocupação com a aprendizagem dos alunos, pois sabe-se que muitos dos alunos que hoje frequentam as turmas da EJA e PROEJA tiveram no passado dificuldades de acompanhar o currículo regular no que diz respeito à aprendizagem. Para isso, a escola tem o cuidado de oferecer aos alunos com baixo rendimento escolar recuperação paralela ao longo de todo o ano letivo. A escola oferece ainda aulas de reforço no turno inverso sempre que for necessário.

2.5 Os pescadores: alunos do proeja

Por ter sido um município nascido às margens do rio Ibicuí a cidade conta com um grupo de pescadores bastante considerável, sendo todos eles pescadores artesanais, ou seja, não empregam nenhum tipo de tecnologia moderna, industrial, produzida pela ciência, pelo capital e assimilada por eles. A tecnologia que empregam é aquela em que eles foram construindo e desenvolvendo a partir da observação dos movimentos da natureza e do saber da experiência construída no processo em que foram se constituindo pescadores.

Para encontrar o pescado, fazem uso apenas de barcos e redes, figura 3, que muitas vezes são confeccionados por eles próprios durante os períodos em que ficam proibidos de pescar, a chamada Piracema, que é a fase de reprodução dos peixes de água doce. É neste tempo em que estes pescadores constroem e consertam seus instrumentos de pesca.

Montam acampamentos ao longo do rio, em áreas escolhidas em função da disponibilidade de pescado e das distâncias que precisam percorrer para pescar e depois vir até a cidade, onde vendem o que conseguem pescar durante períodos que vão de cinco a dez dias, quando precisam retornar até a cidade para se abastecer de gelo para acondicionar os peixes e de combustível para suas pequenas embarcações.

Figura 3 – Pescador artesanal pescando no rio Ibicuí



Fonte: Própria autora

Os sujeitos aos quais o curso se destina inicialmente são pescadores que tiram seu sustento do Rio Ibicuí através da atividade pesqueira. Segundo informações coletadas junto ao atual presidente da Associação dos Pescadores, tanto o grupo que fundou a associação quanto o grupo que hoje faz parte do quadro de sócios é composto por pessoas com as mais diferentes origens, que vai desde famílias que pescam desde os primórdios do surgimento da então vila de Manoel Viana que era um distrito do município de São Francisco de Assis, do qual se emancipou no ano de 1992, até pessoas vindas de outras localidades que por não terem outra fonte de renda optaram pela atividade pesqueira, inicialmente para subsistência e posteriormente para a comercialização de pescado.

No atual grupo de pescadores que fazem parte da associação existem alguns que ainda são descendentes dos primeiros pescadores do município, outros que entraram na atividade posteriormente e também, segundo o presidente, pessoas que vieram de cidades vizinhas onde trabalhavam como catadores de lixo e que pelo fato de o lixão da cidade de Manoel Viana ter sido desativado passaram a ter como alternativa a pesca. Convém ressaltar ainda que existem três famílias que são associadas, mas residem em localidades do interior do município como o assentamento Santa Maria do Ibicuí, na localidade do Pirajú, as margens do rio Ibicuí onde exercem a atividade pesqueira.

A Associação de Pescadores teve seu início a partir do momento em que o grupo de pescadores sentiu-se lesado pela entidade a qual os representava até então, no caso a Colônia de Pescadores Z-19, localizado no município de

Uruguaiana localizada a aproximadamente 200 km do município de Manoel Viana. Naquele momento os pescadores precisavam pagar uma taxa anual para a Colônia sem que recebessem nenhum tipo de retorno, seja ele de apoio técnico ou financeiro, segundo informou o presidente da associação.

Com relação a essa questão apontada pelos pescadores é importante ressaltar que até o ano de dois mil e oito, apenas as colônias de pescadores eram consideradas entidades representativas dos pescadores pelo governo federal. A partir de dois mil e nove o projeto de lei número 3271/08 aprovado na câmara dos deputados deu as associações e sindicatos de pescadores reconhecimento como entidade representativa equiparando-as a colônias de pescadores.

Ao final do ano de 2001, mais precisamente em 28 de dezembro daquele ano, foi fundada a Associação de Pescadores do município de Manoel Viana. Para que chegassem a esse momento os pescadores realizaram reuniões que segundo eles não contou com nenhum tipo de registro, até que procuraram a ajuda de um advogado que os orientou para que passassem a registrar essas reuniões em atas e conduziu juntamente com o grupo todo o processo de legalização da associação. Vale ressaltar que a iniciativa partiu do grupo de pescadores e que segundo estes não houve nenhum tipo de apoio por parte da Prefeitura Municipal, apenas contaram com o apoio técnico da Emater.

No ano de 2006, através de projeto elaborado pela Emater, em conjunto com a associação, foi construída com o aporte financeiro obtido junto ao governo do estado pelo Programa RS/Pesca, existente naquele momento, a sede da associação, como mostra a figura 4. A obra ficou a cargo da prefeitura, sendo que todas as fundações da estrutura foram construídas pelos próprios pescadores em regime de mutirão. Até o presente momento a prefeitura não concluiu a obra, faltando o pavilhão inferior, sendo que a estrutura conta com dois andares.

Figura 4 – Sede da Associação dos Pescadores em 2015



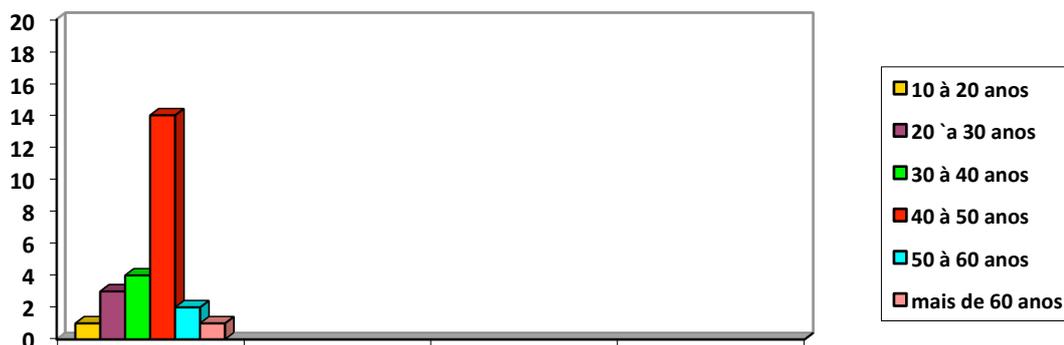
Fonte: Própria Autora

Na ocasião quando a verba foi destinada a esta associação, foram adquiridos equipamentos para a implantação de uma agroindústria para abate e beneficiamento de pescado, sendo que a estrutura se encontra em desuso até o presente momento. Outro fator que chama a atenção é que conforme o projeto original, deveria funcionar no local um tele centro comunitário beneficiando os pescadores, suas famílias e comunidade em geral com cursos de informática e acesso gratuito a internet em um laboratório que passaria a contar com 11 computadores, sendo que todos esses equipamentos encontram-se encaixotados e guardados em uma sala do prédio, aguardando desde então, a sua instalação.

Sua diretoria é composta por um Presidente, um Vice-presidente, um 1º Secretário, um 2º Secretário, um Tesoureiro, três membros para o Conselho Fiscal e quatro membros para o Conselho Deliberativo. Atualmente a associação conta com aproximadamente 30 sócios atendendo 20 famílias (esposos, filhos, pais).

Deste advém os sujeitos do curso, essa turma inicialmente é composta por 15 (quinze) homens e 10 (dez) mulheres, com a faixa etária que varia dos 17 (dezessete) aos 76 (setenta e seis) anos, conforme mostra o gráfico 1.

Gráfico 1 - Número de alunos por faixa etária



Fonte: Própria Autora

A diversidade de idade é uma característica que chama atenção, portanto, pode-se entender que esta turma assim constituída traz implícita em sua constituição uma potencialidade de conhecimento, ou seja, um importante espaço de sistematização e produção de conhecimentos historicamente produzidos por estes trabalhadores. No entanto, como podemos verificar ao longo da pesquisa, que tanto durante o processo de seleção dos alunos, como durante o decorrer do curso em que pude acompanhar não se encontra “vestígios” de uma intencionalidade de qualificar a experiência construída transformando-a em conhecimento.

O fato de serem pescadores artesanais faz com seu ganho mensal seja de subsistência, que em alguns casos precisam complementar sua renda com outra atividade, como pequenos “bicos” principalmente na área da construção civil.

Quanto à escolaridade os alunos caracterizam-se por pessoas com pouca instrução escolar e que estão retornando aos estudos depois de um período considerável fora da escola onde se destaca um aluno que voltou a estudar sessenta e cinco anos depois.

Estes sujeitos que já foram expulsos da escola e que agora atraídos com uma proposta de reparar a “injustiça” a que foram vítimas retornam. Mas o que se vê nesta experiência do retorno à escola é de que se “reedita uma nova exclusão”. Estes que voltaram à escola na condição de alunos voltaram também, na sua grande maioria, a reincidir no abandono.

De maneira geral essas pessoas abandonaram a escola por questões alheias a sua vontade, como a necessidade de trabalhar e ajudar suas famílias ou o simples fato de não terem acesso a escola, por morarem em locais afastados na cidade

onde na época não havia transporte escolar. O que intriga nesses casos é que ao terem uma nova oportunidade de retornar aos bancos escolares, muitos deles acabaram novamente abandonando a escola e se evadindo.

Este abandono faz com que nos perguntemos: será que a simples oferta de um curso garante a permanência? Estes sujeitos não concluíram a escolarização, “na idade certa” e agora nem na sua “re-oferta” de escolarização permanecem. E embora houvesse algumas alterações quanto à oferta desta “nova” escolarização, ocorre a reincidência da evasão. E como se vê os fatores que a determinam são os mesmos. Condições objetivas de permanência.

Outra característica interessante é que dos 25 alunos matriculados no curso haviam quatro casais perfazendo um total de oito alunos, onde o retorno do marido a escola serviu de incentivo ao retorno da esposa ou vice-versa. Nesse caso o que pode ser inicialmente uma forma de incentivo, a possibilidade de frequentarem juntos a escola em um segundo momento passou a contribuir negativamente, tendo vista que quando um dos pares do casal deixou a escola, automaticamente o outro foi junto, alegando a necessidade de acompanhá-lo fora da escola.

3 A RELAÇÃO EDUCAÇÃO X TRABALHO NO CONTEXTO TEÓRICO

Estudos relacionados à temática educação e trabalho atuam sobre uma realidade extremamente complexa, pois, estabelece suas discussões sobre grupos sociais com diferentes características, que precisam ser levadas em consideração na busca por resultados consistentes e relevantes, que possam nortear de que forma educação e trabalho podem caminhar juntos, como já estabelece a LDB 9394/96 em seu artigo 2º, “a educação, dever da família e do Estado, inspirada nos princípios de liberdade e nos ideais de solidariedade humana, tem por finalidade o pleno desenvolvimento do educando, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho”.

O caso é que muitas vezes nem a família nem o Estado conseguem cumprir seus papéis e garantir que esse dever passe a ser um direito exercido. A família, muitas vezes, não dispõe de uma estrutura socioeconômica capaz de dar aos indivíduos em idade escolar, que dela fazem parte, condições mínimas para que possam frequentar a escola, como roupas, material escolar, calçados, alimentação, moradia e saúde. Também muitas vezes a desestrutura dessas famílias, em decorrência de condições materiais, não permite que possam ver a educação como algo primordial e muitas vezes crianças e adolescentes abandonam os estudos com o consentimento de seus pais ou responsáveis para que possam ajudar no sustento da família, seja no mercado de trabalho formal ou informal, com ampla predominância do segundo.

O Estado, por sua vez, falha a não garantir a essas famílias situações favoráveis para estruturação como moradia digna, direito a saúde, emprego, transporte e conseqüentemente a educação. Outro ponto importante é que em muitos momentos após abandonarem os estudos, poucos são aqueles que são procurados para que retornem para a escola.

Podemos situar no contexto de intenções do artigo 2º da LDB, a Educação de Jovens e Adultos – EJA que traz a pessoas que se afastaram precocemente dos bancos escolares, a oportunidade de retornar e concluir seus estudos. Quando da implantação de um curso profissionalizante simultâneo a formação de nível fundamental ou médio tem-se então o chamado PROEJA, que permeia, portanto a qualificação para o trabalho.

O surgimento de cursos profissionalizantes busca atender demandas de mercado, pode-se entender porque o PROEJA-FIC não se preocupa em incorporar no processo formativo o saber produzido pela experiência.

Então, os pescadores artesanais estão fora do mercado capitalista, pois seu conhecimento e sua produção não alimenta o mercado do capital. Essa intenção de formar trabalhadores capacitados tem que levar em conta que ao mesmo tempo se deve buscar a formação de cidadãos cada vez mais conscientes e críticos de seus direitos e deveres. Essa relação educação/trabalho não pode ter uma intencionalidade meramente preparatória de mão-de-obra, para ampliar os lucros do capital. Deve preocupar-se sim em formar pessoas.

Ainda existem sérias dúvidas em relação a real contribuição desses cursos, que ainda não se firmaram no cenário educacional com bases sólidas de sua efetiva contribuição. Para Gomez et al. (2012, p.61), “valorizam-se, nas análises, as iniciativas da denominada escola-produção, em que o próprio trabalho constitui elemento pedagógico e educativo”.

É importante ressaltar que cursos profissionalizantes tendem a atender demandas de mercado ou em muitos casos propiciar aos alunos a viabilidade de adquirirem um certificado de formação que lhes dê uma possibilidade ainda maior de se inserir no mundo do trabalho. Essa tendência leva a “fabricar trabalhadores”, não levando em conta a sua formação enquanto sujeito que pensa e age, que tem vontades próprias e que, muitas vezes, escolhe esta ou aquela profissão por uma questão da ditadura do mercado e não por vontade própria.

Dessa maneira, afirma Frigotto:

[...] perde-se a compreensão de que trabalho é uma relação social e que esta relação, na sociedade capitalista, é uma relação de força, de poder e de violência [...], que define o modo humano de existência, e que enquanto tal, não se reduz à atividade de produção material para responder a reprodução físico-biológica (mundo da necessidade), mas envolve as dimensões sociais, estéticas, culturais, artísticas, de lazer, etc. (FRIGOTTO, 2012, p.21).

Essa não compreensão mais ampla da significação de trabalho produz vínculos com cursos preparatórios para o mundo do trabalho frágeis, uma vez que estas formações levam em conta o “mundo das necessidades” em detrimento do mundo da liberdade. Tanto o é que o foco do aluno no momento da matrícula se torna a obtenção de um certificado (diploma) para que possa apresentar na hora de

pleitear uma vaga no mercado de trabalho, esquecendo nesse instante que na verdade é algo muito maior, com um impacto direto no seu cotidiano e na sociedade em que está inserido.

Podemos dizer então do importante papel da educação na busca por essa compreensão, uma vez que através de um ensino coerente e de qualidade pode-se formar cidadãos críticos, capazes de interagir e transformar o mundo ao seu redor. Para tanto, a educação precisa buscar a formação de um trabalhador consciente de seus direitos e deveres, sendo voltada primeiro para sua consolidação enquanto sujeito de suas ações, que reconhece seus direitos assegurados em lei, quando de sua inserção no mercado de trabalho formal, o que será consequência de uma boa formação educacional.

NOSELLA (2012) diz que se deve abandonar a expressão “educação para o trabalho” para se usar a expressão “educação para o trabalhador”. Nesta afirmação de Nosella está contido o sentido emancipatório da educação/formação que deveria ser ofertada aos trabalhadores em detrimento de uma educação utilitária e alienadora implícita na educação para o trabalho.

Com isso ele nos diz que o objetivo primeiro de cursos de formação profissionalizante não deve ser a capacitação de mão-de-obra para suprir as necessidades do mercado de trabalho, precisa sim fazer do trabalhador sujeito de sua formação, construir com ele planos de ação que visem formar trabalhadores conscientes e capazes de buscar qualidade tanto no campo profissional quanto pessoal.

Ofertar cursos profissionalizantes simultaneamente com a educação regular pode trazer melhorias em índices educacionais como o crescimento da média de escolaridade de determinadas faixas etárias, mas não significa a correta inserção desses profissionais na formalidade do trabalho. Apesar de toda e qualquer profissão ter sua dignidade, não podemos esquecer que existem certos tramites legais que devem ser observados em relação a esta questão, até como forma de proteger o próprio trabalhador.

Em relação ao citado anteriormente, NOSELLA (2012) diz que “a noção de trabalho não é uma vaga ideia que se aplica indistintamente a qualquer atividade que o homem faz para sobreviver”. Trabalho é muito mais do que isso. É vida e não sobrevivência.

Obter um diploma de curso profissionalizante e trabalhar no mercado informal, sem garantias trabalhistas possibilita a esses trabalhadores que retirem dessa atividade o seu sustento, porém não lhes garantem direitos inerentes aos trabalhadores do mercado formal. Parece ser este o atrativo do curso profissionalizante, acenar para a possibilidade de salário fixo e carteira assinada.

Neste ponto, os cursos de PROEJA não afirmam o pescador artesanal como também não levam em conta que somente serão efetivos e atrativos aos alunos se derem mostras de perspectiva de colocá-los a par da formalização do emprego. Outro fator importante é a valorização de suas vivências culturais, pois o homem se forja enquanto tal dentro do campo da educação e do trabalho enquanto sujeito sócio-histórico-cultural.

Neste sentido, Frigotto apud Thompson (2002) diz que através da experiência do trabalho, homens e mulheres refazem, continuamente, a sua própria natureza.

O trabalho e a educação são pilares de sustentação para o cidadão, pois possibilita a este estabelecer relações sociais em uma sociedade em constante transformação e é, portanto, ter a capacidade de interagir e agir com e sobre ela.

Apesar de avanços significativos, principalmente, no que se refere a investimentos financeiros, a Educação de Jovens e Adultos ainda não recebe um reconhecimento significativo por parte do Estado, uma vez que não existe a necessidade de formação específica de professores para a atuação nesta modalidade. Frigotto et al. (2002) reitera que:

a realidade, no entanto, demonstra claramente ser necessária a atuação de profissionais capacitados para formular e desenvolver ações e projetos pedagógicos que atendam às múltiplas peculiaridades dessa modalidade de educação, e que contemplem as características cognitivas e afetivas dos jovens e adultos trabalhadores que buscam, na escola, uma significação social para suas práticas, suas vivências e seus saberes, assim como a possibilidade da concretização de diferentes sonhos que, o mais das vezes, voltam-se para a superação de suas adversas condições de vida (FRIGOTTO, 2002, p.36)

Nesse sentido, as ações dos profissionais dos órgãos responsáveis pela implementação e efetivação dessa modalidade de ensino devem dispor de uma

visão que contemple a percepção de que a elaboração de um curso técnico na modalidade PROEJA deve levar em consideração todas essas variáveis, pois não é uma questão pontual, é uma oportunidade de vida para essas pessoas e que mais uma vez não podem sofrer a frustração de seus sonhos e anseios.

Não se pode ainda, apresentar esses programas de forma engessada, ou seja, que não permite alteração em seu cronograma ou no seu projeto político-pedagógico, uma vez que assim não se levará em conta a troca de experiências que ocorrerão ao longo das aulas e que podem possibilitar uma melhor construção das metodologias e concepções do curso, como afirma Kuenzer (2011), [...] é inegável o fato de que o trabalhador produz conhecimento.

A mobilidade dos conteúdos e metodologias de ensino ao longo do curso na busca por se adequar cada vez mais as reais necessidades desses alunos, implica nesses sujeitos um sentimento de valorização e de sentir-se parte do processo de formação como sujeitos ativos e conscientes.

A evasão escolar apresenta-se como uma das principais preocupações em todos os níveis e modalidades da educação brasileira, sendo motivada por uma gama de fatores como acesso e permanência, condições sociais, excesso de reprovações, distorção idade/série, entre outros. Para tanto, é preciso estabelecer processos de reflexão, que permitam a construção de diálogos em pequenos grupos, nos mais variados segmentos da sociedade, apontando e discutindo ações que possam vir a sanar tal problema que permeia o processo educacional e que reflete negativamente em nossa sociedade.

Conforme Sousa (2011), a evasão escolar no Brasil é um problema antigo, que perdura até hoje. Apesar da modalidade EJA propalar que busca meios que facilitem o acesso e a permanência desses alunos na escola ela também é atingida por esse fenômeno.

Para Queiroz (2011), a evasão escolar não é um problema restrito apenas a algumas unidades escolares, mas é uma questão nacional que vem ocupando relevante papel nas discussões e pesquisas educacionais no cenário brasileiro, assim como as questões do analfabetismo e da não valorização dos profissionais da educação, expressada na baixa remuneração e nas precárias condições de trabalho.

Essa questão estabelece entre os setores responsáveis pela educação uma espécie de meia culpa, onde cada um deles em alguns casos assume parte da responsabilidade pelos índices, porém sempre aponta como maior culpado o outro,

a escola diz que o problema está na família, enquanto que a família diz que o problema está na escola. Como nos diz Arroyo (1997, p.23), na maioria das causas da evasão escolar, a escola tem a responsabilidade de apontar a desestruturação familiar, e o professor e o aluno não têm responsabilidade para aprender, tornando-se um jogo de empurra.

É nesse ponto que se impõe a pesquisa do tema como um dos possíveis caminhos para que se encontrem alternativas com respostas positivas a sociedade que paga seus impostos e que anseia sua aplicação efetiva, principalmente no que diz respeito à educação.

Do ponto de vista educacional, a pesquisa relacionada ao tema evasão faz-se relevante na medida em que os dados gerados na investigação contribuam para ampliar e aprofundar a compreensão do fenômeno da evasão, bem como da relação educação e trabalho. Como afirma Frigotto et al. (2012, p.20) “a crise do aprofundamento teórico se manifesta, num nível mais imediato, pela homogeneização superficial do discurso crítico [...]”.

Partindo dessa premissa, é possível através de estudos, identificar causas, fazer tabulações e quantificações, (re) planejando novas ações que busquem a redução gradativa desses índices até que a evasão em nossas escolas permeie valores próximos de zero.

Para Azevedo (2011, p.05), o problema da evasão e da repetência escolar no país tem sido um dos maiores desafios enfrentados pelas redes do ensino público, pois as causas e consequências estão ligadas a muitos fatores como social, cultural, político e econômico, como também a escola onde professores têm contribuído a cada dia para o problema se agravar, diante de uma prática didática descolada de seus sujeitos.

4 EVASÃO NO CURSO PROEJA-FIC

Através da pesquisa diagnóstica pode-se levantar que a permanência dos alunos no curso de Educação de Jovens e Adultos- PROEJAFIC de que trata este projeto, está associada a um fator bastante relevante, a questão financeira, haja visto que todos os alunos entrevistados possuem família a qual tem de prover o sustento.

Em virtude dessa condição/necessidade muitos desses alunos precisam buscar seu sustento em outras profissões, visto que falamos de um pequeno município que tem como matriz econômica a pecuária e a agricultura. Muitos dos alunos evadidos veem o trabalho como fonte imediata para solução de seus problemas, ficando de lado ou para segundo plano a educação, escolarização.

Segundo Queiroz (2011, p.03, apud Meksenas 1998), os alunos são obrigados a trabalhar para o sustento próprio e da família. Exaustos da maratona diária e desmotivados pela baixa qualidade do ensino, muitos desistem dos estudos sem completar o curso secundário. Dessa forma, a educação é vista por eles como uma alternativa a longo prazo e que só poderá trazer-lhes algum resultado somente depois de longos anos de estudos e não com melhoria imediata na atividade profissional que exercem.

Ainda dentro dessa perspectiva econômico-social, Campos (2003) diz que a evasão escolar na EJA pode ser registrada como um abandono por um tempo determinado ou não. Diversas razões de ordem social e principalmente econômica concorrem para a “evasão” escolar dentro da EJA, transpondo a sala de aula e indo além dos muros da escola.

Para muitos trabalhadores a escola é feita para aqueles que não têm a necessidade de trabalhar, nasceram em “berço de ouro”, possuem tempo disponível para se locomoverem até a escola e lá permanecerem para a construção de seus estudos o tempo que assim desejarem e que for necessário.

Para Meneses (2011, p. 01), o problema da evasão escolar é uma questão que tem raízes históricas, associando-se a uma política imposta pelas elites, na qual pesam sucessivas intervenções do governo na mudança do sistema escolar.

A condição sócio-econômico-cultural dessas famílias é fator primordial e determinante para o tempo de permanência dessas pessoas no âmbito escolar. O fato de desempenharem uma atividade labutar tão característica e específica não os exclui de estarem imersos em uma sociedade consumista, onde em nosso dia-a-dia de todas as formas somos bombardeados por uma mídia altamente especializada no que tange a nos convencer que precisamos ter o telefone celular, a televisão, a roupa, o tênis, etc, todos da moda. Por outro lado, esta mesma mídia não coloca o conhecimento e sua universalização como produto de consumo, mas sim suas habilidades e competências.

A necessidade de complementar a renda familiar ou de provê-la por completo já é citada por Digiácomo (2011, p. 01) que afirma que as causas da evasão escolar vão desde a necessidade de trabalho do aluno, como forma de complementar a renda da família, até a baixa qualidade do ensino [...]. Não se pode negar que a primeira causa apontada pelo autor exerce papel fundamental, pois está ligada a questão desse sujeito sentir-se parte integrante dessa sociedade consumista, ou seja, uma questão de aceitação.

Esses são desejos de consumo que chegam a todas as classes sociais e isto, juntamente com a necessidade de moradia, comida, medicamentos entre outros, passam a ser as necessidades de primeira ordem dessas famílias, onde prover todos os anseios de todos os seus membros, demanda montantes substanciais sendo necessário uma disponibilidade maior para o trabalho, deixando-se a educação em segundo plano.

Nessa perspectiva o trabalhador não é dono do seu próprio trabalho. Ele se submete em troca-lo por horas a serem trabalhadas, produzidas, sem que esse esforço seja realmente recompensado ou que possa trazer-lhe melhores condições de trabalho, menos carga horária ou uma real valorização de seu esforço.

Essas são algumas das questões que são apontadas como causadoras da evasão escolar, sendo que, muitas vezes, elas ocorrem em conjunto, levando a uma situação conflituosa que segundo Charlot (2000, p. 18), a problemática da evasão escolar deve ser vista sob vários ângulos, tais como:

sobre o aprendizado... sobre a eficácia dos docentes, sobre o serviço público, sobre a igualdade das chances, sobre os recursos que o país deve investir em seu sistema educativo, sobre a crise, sobre os modos de vida e o trabalho na sociedade de amanhã, sobre as formas de cidadania.

Do grupo de alunos entrevistados apenas dois são pescadores profissionais, sendo que os outros exercem diferentes profissões, não sendo essas relacionadas à atividade pesqueira. Embora haja a manifestação positiva quanto ao interesse em retomar seus estudos, esses trabalhadores estão sujeitos a atender primeiramente as necessidades econômicas e o bem-estar de suas famílias, não priorizando dessa maneira a sua formação educacional e profissional.

Quanto ao oferecimento deste curso, os caminhos de criação dos cursos profissionalizantes com fomento do governo não seguem o padrão de escolha da

temática, quando comparados aos outros cursos regulares oferecidos pelas instituições federais, estaduais e municipais. O governo estipula áreas prioritárias apontadas como vulneráveis e lançam editais para que instituições de ensino assumam comunidades ao seu redor que se encaixem no perfil necessário. Essa é a primeira questão que deve ser avaliada, em que as instituições de ensino buscam fomento criando cursos personalizados, que talvez nem abarquem suas expertises, pelo simples fato da aquisição de orçamento suplementar.

Podemos ver como a dotação orçamentária é realizada pelo Decreto presidencial 7.313 de 22 de setembro de 2010, que versa sobre os procedimentos orçamentários e financeiros relacionados à autonomia dos institutos federais de educação, ciência e tecnologia. Em seu Artigo 4º que trata da distribuição da matriz orçamentária, em seu parágrafo 2º, inciso I e X:

- I - o número de matrículas e a quantidade de alunos ingressantes e concluintes em todos os níveis e modalidades de ensino em cada período;
- X - adesão a sistemas de informação e programas de interesse coletivo instituídos pelo Ministério da Educação;

Isso significa que a quantidade de alunos matriculados é fator mais importante para o recebimento de verba, do que outros fatores, como por exemplo qualidade. Baseando-se no exposto, nota-se que o curso não foi pensado e planejado durante o ano letivo das instituições proponentes em conjunto com os outros cursos oferecidos de forma extensiva, mas sim, criado sob demanda a partir de um edital orçamentário. Porém, essa metodologia pode ter acarretado impactos negativos de planejamento no transcorrer do curso.

Com o curso definido, a próxima fase foi a seleção dos alunos. Conforme observamos nas respostas das entrevistas, o critério foi muito flexível, aceitando como alunos até indivíduos que faziam parte da comunidade, mas não exerciam a pesca como profissão. Talvez, esse tenha sido também um fator determinante na evasão, pois vários indivíduos não tinham um real interesse na formação, visto que não atuavam profissionalmente ou de forma a subsistir com a prática da pesca.

4.1 Metodologia da pesquisa

O processo metodológico de pesquisa utilizado caracteriza-se por uma pesquisa de análise qualitativa. O processo investigativo se desenvolveu a partir de um estudo de caso educativo que conforme Moreira (2011, p.89) está desenhado para melhorar a compreensão da ação educativa, no caso desse projeto, a evasão escolar em um curso de PROEJA.

De acordo com Moreira apud Sturman (2011, p.86), estudo de caso é um termo genérico para pesquisa de um indivíduo, um grupo ou um fenômeno. Esse processo metodológico leva em consideração que as relações humanas se dão de maneira isolada, na verdade são partes integrantes de um processo integrado de ações.

Portanto, para se compreender as partes, é preciso primeiro ter a compreensão das interações de todos. Na investigação educativa não é diferente onde a concepção de novos conceitos educacionais e processos de ensino e suas aplicações implicam em mudanças que desacomodam todo o contexto escolar.

A pesquisa qualitativa de estudo de caso apresenta certa dificuldade de replicar-se, uma vez que trata de estudar um contexto único e idiossincrático, porém, conforme Moreira (2011, p.100) tais unicidades e idiossincrasias não são tão extremas que não tenham nenhum grau de representatividade, alguns traços semelhantes a outros.

Nesse caso, a afirmação do autor vai de encontro a esse projeto, tendo em vista que por ser de um mestrado profissional, deve apresentar uma proposta para solucionar, pelo menos em parte os problemas apontados, e para isso é necessário ser replicável em diferentes contextos e realidades. Esta pesquisa que tem por finalidade elaborar, com base em um levantamento de dados necessários à construção de uma proposta concisa e de relevância, um processo de intervenção sobre o contexto pesquisado.

A pesquisa-intervenção consiste em uma tendência das pesquisas participativas que busca investigar a vida de coletividades na sua diversidade qualitativa, assumindo uma intervenção de caráter sócio-analítico (Aguilar, 2003; Rocha, 1996, 2001).

O que se coloca em questão é a construção de uma “atitude de pesquisa” que irá radicalizar a ideia de interferência na relação sujeito/objeto pesquisado,

considerando que essa interferência não se constitui em uma dificuldade própria às pesquisas sociais, em uma subjetividade a ser superada ou justificada no tratamento dos dados, configurando-se, antes, como condição ao próprio conhecimento (Santos, 1987. Stengers, 1990).

Inicialmente, a pesquisa deu-se junto a Secretaria de Educação do Município, a Escola Alberto Pasqualini e o Instituto Federal Farroupilha na busca pela documentação referente ao curso para os estudos preliminares de todo o processo de implantação do mesmo. Tendo em vista que não houve resposta positiva quanto à documentação de forma que havia apenas registros de um curso anterior, partiu-se para o levantamento dos alunos que haviam abandonado o curso. Esses dados foram coletados junto à escola.

Construiu-se então um questionário (apêndice A) para ser aplicado na forma de entrevista, inicialmente gravadas em vídeo e posteriormente por problemas de logística gravados em áudio, com os alunos evadidos. Após a realização das entrevistas, o material gravado foi transcrito na íntegra para posterior análise como forma de identificar, na fala dos alunos, elementos que os levaram a abandonar o curso de maneira tão precoce.

Também foram realizadas entrevistas com a Diretora da escola e com uma responsável pelo setor de projetos da Secretaria de Educação, sendo que também ocorreu a transcrição das mesmas. Para o levantamento das informações que indicavam os motivos pelos quais os alunos haviam se evadido buscou-se na fala dos mesmos a identificação dessa motivação.

4.2 Instrumentos da pesquisa

O processo investigativo para a construção desse projeto de intervenção ocorreu a partir de visitas a Secretaria de Educação do município de Manoel Viana e na Escola Municipal Alberto Pasqualini em busca da documentação e todas as informações legais pertinentes à implantação do curso em questão.

A documentação encontrada nessa busca possibilitaria a análise documental, que consiste em parte importante dessa pesquisa, uma vez que a própria concepção

do curso com seus objetivos, metas e propostas metodológicas e curriculares devem constar nessa documentação.

Para Lüdke (1986, p.38) a análise documental pode se constituir numa técnica valiosa de abordagem de dados qualitativos, seja complementando as informações obtidas por outras técnicas, seja desvelando aspectos novos de um tema ou problema.

Durante as visitas os integrantes da Secretaria de Educação mostraram-se bastante colaborativos, porém as informações eram desencontradas, uma vez que houveram trocas de pessoal em alguns setores da secretaria e estes não tinham ainda conhecimento de determinados documentos. Novas visitas foram feitas em momentos distintos e mesmo assim a documentação a respeito do curso em questão não foi encontrada o que deixou a análise documental comprometida.

Feito isso, partiu-se para a pesquisa de campo onde os alunos que haviam se evadido do curso foram entrevistados a através da utilização de gravações em vídeo e posteriormente em áudio com a utilização de uma entrevista semiestruturada.

A entrevista, conforme Lüdke (1986, p.33) “é uma das principais técnicas de trabalho em quase todos os tipos de pesquisa utilizados nas ciências sociais”. Nesse trabalho não é diferente, tendo em vista que a discussão a que se propõe traz consigo um viés social.

A análise da entrevista nos dá a sustentação para apresentação dos problemas identificados no decorrer do curso pela consistência da fala dos alunos evadidos, uma vez que apenas eles em sua individualidade podem nos apresentar as reais situações que os levaram a abandonar o curso, o que posteriormente verificou-se que os discursos são globais dentro do grupo.

A entrevista realizada tem característica semiestruturada tendo em vista que ao longo da conversa novas informações surgiam e para obtê-las com maior grau de profundidade era preciso fazer e refazer novas perguntas, porém, existiu um grupo de perguntas norteadoras de todas as entrevistas, que são encontradas no Apêndice A.

4.3 Da pesquisa ao diagnóstico

A pesquisa realizada baseou-se em uma entrevista semiestruturada realizada com os alunos que abandonaram o curso, ressaltando-se que dos onze que não

mais frequentam as aulas um veio a óbito, outro não reside mais na cidade, mudou-se para Santa Catarina e os nove alunos restantes participaram espontaneamente da pesquisa, que foi gravada em vídeo ou em áudio. Com relação à documentação relacionada à implantação do curso, não foi encontrado nem na escola nem junto a Secretaria Municipal de Educação registro documental do convênio entre a Prefeitura Municipal de Manoel Viana e o Instituto Federal Farroupilha –Campus Alegrete – RS.

Em pesquisa realizada na busca por elementos legais que embasam esse curso foi encontrado no Diário Oficial da União (DOU) datado de 09 de agosto de 2010, publicação do edital nº 33 de 04 de agosto de 2010 que estabelece a inscrição para o processo de reconhecimento dos saberes para fins de certificação profissional e ingresso em cursos de formação inicial e continuada de trabalhadores nos programas interinstitucionais da Rede Certific de construção civil, pesca e aquicultura, turismo e hospitalidade, onde ficam definidos requisitos para a inscrição, sendo determinado que poderão se inscrever para o processo de Reconhecimento de Saberes, o trabalhador/profissional com idade mínima de 18 anos, independente de sua escolarização e que atua ou tenha atuado como em uma das três profissões contempladas neste edital.

O mesmo edital define o perfil do profissional Pescador Artesanal de Água Doce como sendo aqueles que capturam diversos tipos de pescado de água doce, de acordo com regulamentação regional e federal, preservando matas ciliares e ambiente aquático, ou que providenciam documentação de pesca, aprontam e conduzem embarcações, planejam pesca e preparam material para sua efetivação, ou que realizam despesca, beneficiam e comercializam o pescado.

Em entrevista com os responsáveis pela Secretaria de Educação, soube-se que houve, anteriormente, outro curso na modalidade Proeja e que naquele momento ocorreu a assinatura de um convênio, porém não lembram se houve esse procedimento para o segundo curso, o dos pescadores.

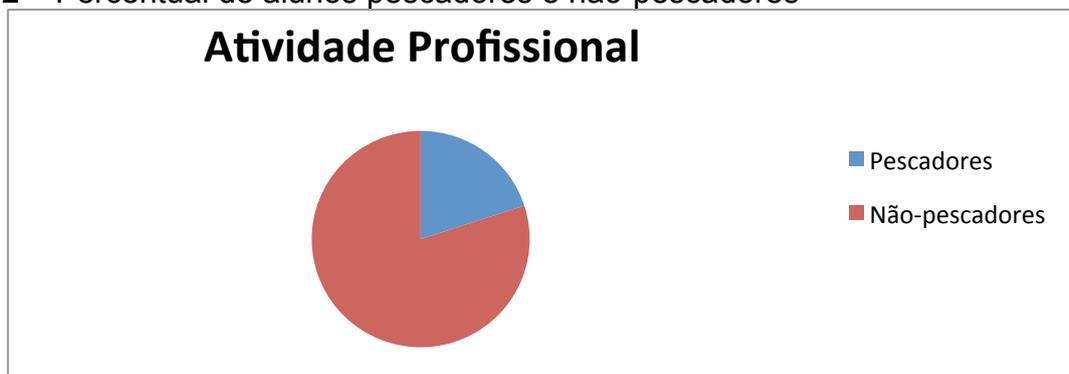
Posteriormente, voltaremos a essa questão já que há neste elemento legal um fator que contribui de forma negativa para o bom andamento do curso, uma vez que não existe uma estrutura que lhes dê respaldo oficial. Esse respalde deveria ser na forma de princípios orientadores como metas e objetivos do curso, descritos nos documentos oficiais da secretaria de educação que tratam de sua implantação.

Nas entrevistas realizadas com os alunos surge uma gama de situações extremamente relevantes, que emergem fatores que levaram esses alunos a abandonar o curso. Não há como classificar quanto ao grau de importância, pois são elementos pessoais e muito próprios de cada aluno que embasam os motivos de terem mais uma vez abandonado os bancos escolares, sendo que a princípio esse curso iria ao encontro com suas necessidades.

Falo a princípio, uma vez que um dos fatores que passo a descrever agora é a falta de critérios de seleção dos alunos que participariam do curso, uma vez que dos entrevistados haviam donas-de-casa, pedreiro, madeireiro, trabalhador rural e apenas dois pescadores profissionais.

Ao entrevistar os alunos evadidos, levanto que não são todos pescadores, alguns filhos, irmãos ou parentes dos trabalhadores em pesca. Outros alunos são trabalhadores com diversas profissões distintas que viram no curso a oportunidade de dar prosseguimentos aos seus estudos e uma melhor condição de vida a sua família, através do processo de Reconhecimento de Saberes. No gráfico 2 trago um comparativo em termos percentuais de correspondência entre as profissões dos alunos que se evadiram entre os que são pescadores e os que não são pescadores.

Gráfico 2 – Percentual de alunos pescadores e não-pescadores



Fonte: Própria Autora

Outra questão relevante é que uma das formas de incentivo utilizada para o retorno desses alunos baseou-se no pagamento de uma bolsa de auxílio no valor de cem reais ao mês e que no início demorou a ser paga, levando em torno seis meses para haver o primeiro depósito na conta bancária desses alunos.

Ao serem comunicados sobre a realização do curso e feita suas inscrições não foram repassadas a esses candidatos informações suficientes sobre o

funcionamento do curso, como no caso o regime de aulas à distância e as aulas presenciais durante a piracema.

Também existe a questão do nivelamento da turma, uma vez que o curso é formatado para atender o nível de ensino fundamental de 5ª à 8ª séries. Portanto, a exigência mínima é a 4ª série, porém como foi levantado, pessoas com apenas a 2ª série do ensino fundamental foram matriculadas sem que houvesse um plano de ação para que pudessem dispor de condições mínimas para acompanhar as atividades que eram propostas em nível de séries finais.

A falta de critérios bem definidos para a seleção dos alunos, levou a outra situação que causou esse alto índice de evasão, a necessidade dessas pessoas que não eram pescadores, buscarem outras alternativas de emprego que em um primeiro momento não permitiam conciliar o trabalho e as aulas.

Outra questão levantada nas entrevistas é que ao abandonarem o curso os alunos não foram procurados para que expusessem os motivos pelo qual estavam deixando de participar do curso e abandonando mais uma vez a escola.

O grupo de alunos entrevistados manifestou interesse em estudar, com a exceção de duas pessoas que afirmaram não ter vontade de estudar, exatamente os únicos dois pescadores profissionais do grupo dos evadidos.

4.4 Análise dos resultados da pesquisa

Os resultados obtidos, a partir dessa pesquisa diagnóstica, trouxeram indagações teóricas das possíveis situações que podem levar pessoas que retornam aos bancos escolares depois de anos de ausência e sob uma formatação diferenciada para atender suas restrições de horário e disponibilidade, ainda assim se evadindo.

Foi possível verificar a ausência de documentação junto aos órgãos responsáveis pela educação no município, fossem elas convênios, portarias de implantação do curso ou assemelhados, uma falha inicial já na concepção do mesmo no que tange a sua organização institucional. Sem um respaldo legal, como por exemplo, o Decreto 5.840 de 13 de julho de 2003 que institui no âmbito federal, o Programa Nacional de Integração da Educação Profissional com a Educação Básica na Modalidade de Educação de Jovens e Adultos - PROEJA, a quem recorrer quando falhas são detectadas no decorrer do curso.

Não existem documentos que comprovem estudos prévios para a necessidade de implantação desse curso, além de discussões com a comunidade alvo sobre seus interesses e suas reais necessidades quanto a questão de formação.

Nesta situação não é possível determinar de maneira conclusiva o que ficou acordado como sendo responsabilidade da Prefeitura e o que é responsabilidade do Instituto Federal Farroupilha, assim metas e objetivos não são estabelecidos bem como as diretrizes que deveriam orientar as atividades propostas dentro do curso, o que representa um grande problema, pois o curso, tem a particularidade de ser tratado como um processo pedagógico de ensino através de alternância.

A segunda questão também levantada nas entrevistas está relacionada com os critérios de seleção utilizados para formar a turma que dispunha inicialmente 25 (vinte e cinco) vagas para pescadores que não haviam concluído o ensino fundamental e que desejassem retornar à escola e ao final do curso obter uma certificação a nível técnico de pescador.

Uma vez sendo o curso para pescadores com formação específica nesta área, é de se esperar que apenas pessoas com essa atividade como fonte de renda passem a fazer parte da listagem preliminar e final de matriculados. Porém, a partir das entrevistas constatou-se que não foi dessa forma que ocorreu a seleção, pois quando questionados sobre os critérios de seleção, as respostas foram bem diferentes e revelam na verdade a inexistência de critérios, evidenciando que se buscava constituir uma turma de alunos, ficando a questão da especificidade de formação em segundo plano.

Descrevemos, a seguir, alguns trechos das respostas dos alunos sobre essa questão:

eh! Foi por meio assim ó, como tem a associação dos pescadores, eles fizeram uma comunicação geral, a presidente (esposa do presidente) da associação veio e avisou nós, quem queria, quem gostaria de fazer o projeto e depois foi conforme as vagas né, conforme o que tinha das possibilidades da gente, eu mesmo, não tinha carteira, não tinha nada, mais pela minha esposa para acompanhar ela e para mim terminar meus estudos (Aluno A).

Esta afirmação corrobora o que posteriormente aponta-se como resultados da pesquisa no que diz respeito ao fato de não haver critérios pré-estabelecidos que

norteassem a escolha dos alunos para o curso, tendo em vista que não parece ser um pré-requisito a necessidade de ser pescador.

“Ah! A gente era conforme a vaga...era conforme, se tu tivesse um parente pescador tu podia ir né e entrava, aí tu ia lá e te escrevia” (Aluno B).

Nesta resposta, encontramos outra informação que caracteriza certo desencontro, tendo em vista que diferentes pessoas estavam responsáveis por fazer o levantamento de alunos interessados, onde o problema em questão era que essas pessoas não tinham as mesmas informações.

Aluno C – “Não, não, foi só o nome na lista. Não foi assim, entrevista, não. Foi só no caderno, botaram nosso nome e deu” (Aluno C).

É possível, portanto, perceber que houve uma preocupação em formar turma a qualquer custo que acabou fazendo suas vítimas, os alunos, que criaram uma expectativa que era dissonante com a realidade do curso que seria ofertado.

Se voltarmos para a questão das atividades que os alunos evadidos desempenham, mais uma surpresa surge, dos dez alunos evadidos, apenas dois eram pescadores profissionais, os demais exercem atividades completamente distintas da atividade de pescador, sendo dona-de-casa, pedreiros, madeireiro e trabalhador rural, que buscavam de certa forma a conclusão do ensino fundamental.

A opção por frequentar esse curso vinha do fato das aulas serem à distância e ser possível conciliar, a princípio, as atividades de trabalho e o curso. Em um processo como este é preciso delinear mecanismos para a seleção dos alunos para que se possa evitar uma infinidade de problemas como a própria contextualização do material didático elaborado pelos professores, uma vez que a informação inicial é que o curso era para pescadores profissionais e familiares que vivem da atividade pesqueira.

A comprovação de tal informação é que as aulas presenciais somente ocorriam durante os meses de piracema, quando os pescadores ficam proibidos de pescar e recebem do governo federal uma ajuda de custo denominada “A piracema” para que possam manter suas famílias.

Devido a sua especificidade de formação, a seleção deveria ter como principal critério para matricular-se no curso a exigência de desempenhar como atividade principal de geração de renda a de ser pescador com carteira profissional e, ao final se vagas sobrassem, ser familiar de pescador profissional, esposa, marido, filho (a), netos, etc.

O processo de seleção da forma como ocorreu trouxe para o curso uma descaracterização, uma vez que passa a contar com pessoas que não possuem ligação com a atividade e, principalmente, interesse em se tornar pescador, o que mostra ser realidade a partir do seu abandono.

Durante os contatos estabelecidos com os possíveis candidatos a vaga eles relatam que foram informados de que receberiam uma bolsa de auxílio para frequentarem o curso e que este valor seria de 100 (cem) reais por mês. Ora, para famílias de trabalhadores de baixa renda, esse valor pode representar a diferença entre ter ou não alimentação durante certo período no mês e contribuiu para que se interessassem em retornar `a escola.

Essa bolsa tem significância nesse processo de retorno `a escola, primeiro na forma de incentivo e segundo pela contribuição financeira a essas famílias, permitindo que até o material escolar seja subsidiado pelo governo, que possam comprar seu material escolar e ainda ajudar na renda familiar. O problema é que essa ajuda levou entre quatro e seis meses para ser disponibilizada, sendo que alguns alunos recebiam e outros não.

É possível verificar na fala dos alunos que a bolsa de auxílio tem grande importância para seu retorno e permanência na escola, sendo que alguns solicitaram que o valor fosse mais substancial.

- éh! Foi feito, foi feito um auxílio, não era muito, até foi mais custoso à entrada do dinheiro, fizeram aquele negócio da seleção da conta, toda essa operação e nós acabamos recebendo a partir de três ou quatro meses depois. Até nós já tinha abandonado quando o dinheiro entrou na conta...é quando entrou e aí depois foi cancelado conforme nosso abandono, é teve um auxílio (Aluno A).

Durante o processo de busca pelos alunos interessados, os informaram do pagamento da bolsa de auxílio, porém, entenderam que o valor seria pago já durante o primeiro mês de aula, o que conforme a afirmação acima não ocorreu, causando certa frustração dos alunos, pois havia a expectativa de recebimento do valor.

- Ah! eu voltaria sim porque é uma baita de uma oportunidade pra gente né! Pra gente terminar os estudos e...e acho que podia ser um pouquinho mais alto o valor da bolsa né! Porque aí ajudava mais a gente, porque a gente, é difícil de se manter, estudar e manter o emprego, é meio difícil (Aluno B).

Se fizermos uma análise quanto ao valor disponibilizado a esses alunos pode-se, em um primeiro momento, parecer um valor irrisório frente ao custo de vida atual, exatos cem reais. Entretanto, não podemos esquecer que estamos tratando de trabalhadores não assalariados onde toda e qualquer ajuda se faz necessária para que possam se manter e com isso frequentar a escola.

- *“Acho que era uns 150...100 pila...100 reais. Foi, foi, mas os guris não receberam” (Aluno C).*

Nesta fala podemos identificar novamente a ocorrência de informações desconstruídas, na qual o aluno afirma que os demais colegas não receberam os valores que teriam direito, o que certamente afasta esse aluno da escola, uma vez que esta não cumpre com o que ficou acordado no momento da seleção.

- *Sim eles avisaram, quando eles vieram matricular eles avisaram que tinha essa bolsa de cem reais. Foi uma forma de incentivo. Eu acho que seja pra incentivar para as pessoa ir, senão ninguém vai, eu acho, eu acho né que ninguém vai (Aluno D).*

Este aluno resume em sua fala o entendimento que é possível também extrair da fala dos demais entrevistados, um dos grandes incentivos para seu retorno à escola é a ajuda de custo disponibilizada a todos os alunos efetivamente matriculados e que se constitui fator crucial para sua permanência na escola.

Percebe-se na fala dos alunos que mesmo de maneira oculta, talvez por medo de expor sua condição de necessidade de receber essa ajuda, que sua permanência na escola assim como a própria intenção de retornar à escola está ligada ao pagamento dessa bolsa de auxílio.

A partir do momento que passaram a frequentar o curso e o valor que lhes foi prometido não foi repassado, sejam quais forem os motivos, esses alunos perdem a motivação e abandonam, pois não percebem benefício imediato de estar novamente em um local que em outra oportunidade também não lhes trouxe os resultados esperados.

Portanto, é preciso atenção especial com esta questão, que deve estar totalmente organizada, com verba disponível e a disposição para que sejam efetivados os pagamentos mensais desde o início do curso. Dessa maneira, os alunos que ainda não se motivaram pelo fator principal que é o aprendizado poderiam permanecer na escola em função desse auxílio.

Podemos ainda utilizar essa bolsa de auxílio como ponto de partida para discutir com esses a relação que existe entre uma melhor qualificação profissional e a valorização do seu trabalho, pois a título de analogia, estão recebendo para estudar e se aperfeiçoar o que em tempos anteriores não acontecia, principalmente em nível de educação básica.

Os entrevistados também relataram que a bolsa de auxílio poderia ter um valor maior para que pudessem permanecer na escola, caso contrário, precisariam se ausentar da cidade para buscar outras fontes de renda para sustentarem seus familiares. Admitem que a bolsa de auxílio seja um incentivo importante para retornarem à escola e partindo desse dado importante, os responsáveis pela coordenação desses cursos devem ter em mãos essas informações, para que possam tomar todas as providências necessárias para que essa ajuda exista e em atualidade de pagamento.

O desconhecimento de como funcionaria o curso também contribuiu para o abandono do mesmo, tanto no que diz respeito à realização das atividades propostas nas apostilas, quanto nos períodos de permanência dos alunos dentro da sala de aula, uma vez que pela informação inicial estes deveriam permanecer em aula no período da piracema, informação que mais tarde foi determinado como não obrigatório, ou seja, frequentariam as aulas durante esse período os alunos que desejassem participar.

Desconhecimento também no que tange as apostilas disponibilizadas aos alunos durante o período em que estavam pescando, pois, alguns alunos entendiam que eram apenas para que fizessem a leitura e depois fariam a devolução e retirada de novo material. Essas afirmações podem ser comprovadas nas falas dos alunos quando questionados a respeito da disponibilidade de informações sobre o curso.

“Eles só deram pra nós ler né!” (Aluno C).

A compreensão que este aluno demonstra das atividades propostas no que se refere às apostilas demonstra que o mesmo não tinha o conhecimento necessário sobre as atividades propostas pelo curso.

Inquirido novamente o aluno reitera sua compreensão sobre o material disponibilizado para as atividades à distância.

Pesquisadora – “Não tinha que fazer nada?”

Aluno C – “Não, não...era só para ti ler”.

Até mesmo em relação aos horários de aula houve um desencontro de informações como podemos constatar na seguinte resposta:

Pesquisadora – “Em que horário disseram que seria suas aulas no caso?”

Aluna D – “A minha aula era das sete (19hs) as oito (20hs) e de manhã era... E de manhã era...as oito até as dez horas”.

Em pergunta direta realizada a um dos alunos entrevistados a resposta é extremamente categórica e enfática.

Pesquisadora – “Esclareceram para você como funcionaria o curso?”

Aluno C – “Não, nunca...só me inscreveram”.

A comprovação dessa falta de informação ou informações equivocadas nos leva a compreender que esse processo é contínuo, onde partindo de uma análise desde a concepção e implantação do curso sem documentação mínima necessária, passando por um processo de seleção equivocado, era de se esperar que ocorressem falhas nos esclarecimentos mínimos necessários aos alunos que passariam a frequentar o curso.

É importante levar em consideração no momento de disponibilizar informações, que elas sejam de fácil compreensão e tragam os principais elementos para que os alunos tenham pleno conhecimento do processo como um todo, desde a inscrição, seleção, matrícula e características de funcionamento do curso em si.

Existe também a necessidade de se fazer uma leitura prévia do grupo de alunos com os quais estamos trabalhando, uma vez que, o que para nós parece claro, muitas vezes, para aqueles que recebem a informação, as dúvidas permanecem. No caso dessa comunidade de pescadores as informações deveriam ser apresentadas de maneira bastante objetiva e de fácil compreensão, tendo em vista que a simples expectativa de retornar à escola pode ser um obstáculo para o pleno entendimento de todas as questões relevantes em relação ao curso. Nesse caso é preciso realizar um trabalho bastante sério, estabelecendo um diálogo bastante rico com esse grupo de pessoas por inúmeras vezes, tantas quantas forem necessárias até que tenham clareza do caminho que estão prestes a tomar.

Observando que este curso é voltado aos anos finais do ensino fundamental, de 5ª a 8ª série, constatou-se que não houve o cuidado em observar se estas pessoas teriam condições de acompanhar o curso, se havia uma espécie de nivelamento, ou seja, todos estavam em um mesmo patamar no que diz respeito à escolaridade, sendo que o que ocorreu é que foram mesclados alunos com os mais

diferentes níveis de escolaridade, desde pessoas apenas alfabetizadas a outras que possuíam a 7ª série do ensino fundamental.

Essa falta de nivelamento da turma traz uma série de problemas, tanto para os alunos quanto para os professores como, por exemplo, na elaboração das apostilas e nos conteúdos abordados tendo em vista que seria necessário duas ou três apostilas diferentes, uma para cada nível de conhecimento detectado no grupo. Outra questão importante para os professores é que por serem aulas a distância fica bastante complicado auxiliar os alunos que apresentam maiores dificuldades. No caso dos alunos, aqueles com o nível de escolaridade inferior ao mínimo exigido não conseguiram acompanhar as atividades que são propostas pelos professores, que trabalham em um nível maior de exigência.

A necessidade de se buscar uma fonte alternativa de renda, ou seja, um emprego ou atividade labutar diferente da pesqueira também é apontada nas entrevistas pelos alunos. Segundo eles, é bastante difícil obter o sustento apenas da pesca, sem contar que a maioria dos que abandonaram não tem na atividade pesqueira sua fonte de renda e devido à profissão que exercem, precisam se ausentar da cidade por esta não oferecer muitas possibilidades de emprego.

Os alunos em alguns casos alegam que não poderiam frequentar as aulas durante o período de outubro a dezembro, pois haveria incompatibilidade de horários ou porque teriam que vir todos os dias até a cidade, no caso daqueles que trabalham fora da sede ou até mesmo em municípios vizinhos. Muito embora o curso seja ofertado na sede do município onde esses pescadores residem, existem aqueles alunos que estão matriculados no curso, mas que desempenham outra atividade que não a pesca e que, portanto seus horários de trabalho não se adequam ao curso, o que em um primeiro momento pode ser um fator de exclusão desses alunos, porém devemos ressaltar que esse problema se deve a participação de pessoas que não tem ligação com a pesca e que, portanto não é levado em conta na adequação do curso.

Fica, porém bastante claro que essas pessoas precisam decidir entre manter suas famílias ou continuar os estudos, sendo que nesse caso a escolha é sempre a primeira opção tendo em vista que a ajuda de custo provinda da bolsa é um valor irrisório, impossível de manter uma família.

Transcrevo a seguir a fala de alguns alunos quando questionados sobre os motivos que os levaram a abandonar o curso no qual haviam se matriculado, em princípio, com o interesse de buscar uma melhor formação.

- O principal é pelo fato de nossa cidade ser pequena e pela falta de oportunidade de emprego, recurso para a gente poder se manter e de estudar, então acabou ficando inviável, mesmo na época da pescaria também que a gente teria que pescar porque é muito mal organizada a pescaria, o peixe dá quando começa a entrada do, do...da liberação da piracema aí ó, e depois viver da pesca é passar fome praticamente, porque não tem recurso, o rio não oferece a quantia de peixe suficiente para gente poder ter uma vida normal, aí a gente acaba migrando né indo para outros lugar e aí frequentar como um colégio, não tem como, mais é por causa disso (Aluno A).

A necessidade de buscar atividade paralela à pesca é algo recorrente na fala desses alunos, onde a alegação da redução da quantidade de peixes no rio centraliza a justificativa para trabalharem em outras atividades. É interessante ressaltar a consciência desses sujeitos quanto à necessidade de preservação do rio como forma de garantir seu sustento e de sua família. É nesse contexto que esse curso deve intervir e construir com esses pescadores mecanismos que busquem conscientizar a todos os usuários desse rio a necessidade de preservá-lo.

Eu sei porque nós...quando nós precisamos ir embora porque nós não tinha serviço, aí nos precisamos ir embora porque nós não tinha não serviço e não tinha como se manter para ficar na cidade para poder ir nas aulas, né...é isso aí (Aluno B).

Não, é porque eu estava trabalhando assim por fora e era época de piracema, parece que era, e aí dava para trabalhar né, e eu estava trabalhando né, eu não tinha tempo assim de ir né, por isso que eu parei, eu não pude ir, entendeu? E aí eu parei né, não fui mais, me inscrevi tudo mas não fui (Aluno C).

A necessidade de dar uma condição digna a suas famílias faz com que esses trabalhadores se desloquem da sede do município até onde existem vagas de emprego na atividade que exercem. Existe ainda o caso daqueles cujas esposas também eram alunas e tiveram que largar curso para acompanhar seus maridos, pois precisavam colaborar no sustento da família.

No momento em que é pensado e proposto esse tipo de curso é preciso levar em conta essa interveniente, pois tratam-se de trabalhadores com profissões que apresentam um aspecto nômade. Neste caso existe uma sucessão de equívocos que vão desde o processo que selecionou esses trabalhadores até a falta de

conhecimento do funcionamento do curso, uma vez que se houvessem acessado todas as informações, inclusive que não seria necessário frequentar as aulas presenciais, provavelmente estes não teriam abandonado curso.

A maioria dos alunos que se evadiram do curso, alegam que não foram procurados por nenhum dos setores responsáveis para saber por quais razões não estavam mais comparecendo aos encontros para entrega e retirada de materiais na escola.

Dois alunos alegaram que houve este contato, porém convém esclarecer que se tratava de um casal de alunos onde a esposa era menor de idade e os contatos foram feitos em função do Conselho Tutelar do município haver pressionado a escola para que a aluna retornasse. Com relação aos demais alunos alegam não ter havido nenhum tipo de contato, como podemos identificar em suas falas descritas a seguir.

Teve muitas, principalmente pela relação da ligação, no caso nós não estar na cidade muita gente ligou perguntou os motivos, a gente até ver se conseguia como se diz? Fazer um angariamento de fundo para poder vir e seguir. A gente até tentou ficar meio enrolando coisa assim um pouco pra ver se conseguia seguir, o pessoal insistiu muito, insistiu bastante (Aluno A).

“Sim, sim, inclusive bastante pessoal da escola ligou para a gente, sabendo perguntando, porque várias vezes ligaram para gente perguntando por que, pedindo pra gente voltar a estudar, ligaram várias vezes” (Aluno B).

A mesma preocupação não se identifica com relação aos demais alunos que falaram não ter havido contato por parte da escola ou do Instituto para saber por quais motivos não estavam mais frequentando o curso.

“Não, não ninguém me procurou mais...Todo, todo esse tempo ninguém procurou mais” (Aluno D).

Essa questão, de os alunos não serem procurados para apresentar os motivos pelos quais estavam abandonando o curso, me parece crucial para a efetivação desse abandono, uma vez que o aluno se sente desvalorizado perante a Instituição, onde a sua ausência não parece estar sendo sentida.

Perde-se também uma excelente oportunidade de identificar possíveis falhas na condução do curso e que poderiam ser corrigidas a tempo, uma vez que a maioria das evasões ocorreu nos primeiros meses de aula.

Em resumo, os alunos que deixaram de lado o comodismo do dia a dia, oferecendo uma pequena parte de seu dia produtivo para estudar (e esse é o motivo maior da bolsa, o de oferecer um valor que por ventura pudesse ser adquirido com o trabalho no espaço da aula), permaneceram na grande maioria, pouco tempo frequentando o curso. Baseado no exposto durante as entrevistas, nós podemos visualizar algumas opções para a evasão: a desorganização didático-pedagógica do curso, desde a seleção até o seu decorrer; aulas realizadas de forma tradicional baseada em leitura de textos; atraso da bolsa; carga horária excessiva; e o descaso das Instituições proponentes.

Todos os cursos devem ser criados pautados em uma conversa prévia com a comunidade a qual ele se destina. Nesse modelo de curso, isso não deveria ser diferente. Não se ensina um pescador artesanal a pescar. Deve-se ensinar, baseado em todo o conhecimento empírico e experienciado pelos indivíduos dessa comunidade, alavancar novas competências que possam facilitar os processos presentes no dia a dia desses trabalhadores. Esse diálogo prévio entre as instituições proponentes e a comunidade de pescadores não ocorreu, ou seja, tais instituições não tinham noção das práticas dessa comunidade que poderiam ser aperfeiçoadas.

Isso fica claro quando vemos a justificativa para a implantação do curso advindo da prefeitura municipal de Manoel Viana. No perfil do egresso do curso, como exemplo, temos "*Conhecer o processo reprodutivo dos peixes*". O importante não é conhecer a reprodução ovulípara e fecundação externa, mas sim oferecer estratégias empreendedoras para que essa comunidade possa crescer financeiramente em períodos de piracema, que são entendidos por essa comunidade como o período de proibição da pesca devido à desova dos peixes. Isso quer dizer, aproveitar o conhecimento prévio para indicar opções de desenvolvimento para a comunidade, ao invés de instrução carteziana.

Quando os indivíduos foram as aulas, estas eram oferecidas de forma bastante tradicional, com uma grande carga de leitura e interpretação. Alunos em classes regulares já demonstram falta de estímulo pelos métodos tradicionais de ensino, o que falar de trabalhadores, que estão há muito tempo sem estudar, que estão abrindo mão de um tempo que poderiam estar realizando algum trabalho extra ou mesmo aproveitando suas famílias. Classes de PROEJA devem ter uma preocupação extra no sentido de estimular os alunos com propostas mais práticas e

inovadoras, e que não visem apenas o letramento científico, mas também outras questões como a socialização e a reapropriação de sua identidade enquanto cidadão produtivo.

Algumas aulas foram ministradas à distância. O aluno do ensino à distância (EAD) é diferenciado do aluno presencial, assim como o material didático deve também o ser. O aluno do EAD deve ser autônomo, tendo o professor como um mediador que pode dirimir dúvidas quando necessário. Nem o material oferecido na modalidade EAD era adaptado para esse fim, e nem o professor fez esse papel de mediador, pois não existia um ambiente virtual como interface entre o professor e os alunos. Nesse caso, aulas a distância são entendidas pelos alunos como subterfúgios utilizados pelos professores para não ministrar às aulas de forma presencial. Isso pode causar desconforto dos alunos, inclusive no sentido da alta-estima, como se estes fossem menos importantes na visão do docente.

Como dissemos anteriormente, a bolsa não foi fator decisivo na evasão dos alunos. Porém, a expectativa de um provento a mais que resultou em atraso de 3 meses, possa ter sido entendido como um fator negativo no prosseguimento do curso por alguns alunos. Mais do que o valor monetário, existiu um contrato subjetivo que não foi cumprido. Isso talvez tenha influenciado no sentimento de seriedade do projeto oferecido pelas instituições proponentes.

A lei 12.513 de 28 de outubro de 2011 instituiu o Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego, e em seu Artigo 5º, determina uma carga horária mínima para essa modalidade de curso em 160h. O curso oferecido em parceria entre o Instituto Federal Farroupilha – Campus Alegrete e a Prefeitura Municipal de Manoel Viana contou com uma carga horária de 300h, ou seja, quase o dobro do tempo sobre o mínimo obrigatório, para trabalhadores de uma comunidade que estava há muito tempo afastados dos bancos escolares. Se por um lado isso pode ter sido uma tentativa de reforçar os saberes desses alunos, por outro lado pode ter se tornado exaustivo aos alunos, pela maneira que o curso foi guiado. O tempo longo de curso associado a uma metodologia que não foi adaptada para essa realidade, pode ter afetado na disposição dos alunos e ser um dos fatores que impulsionaram a evasão.

Além disso, temos o descaso das Instituições proponentes com o início, decorrer e finalização do curso. A não existência de um Plano Político-Pedagógico (PPC) do curso já nos mostra que a criação do curso foi realizada de forma

arbitrária. Os documentos que celebram a parceria entre o Instituto Federal Farroupilha e a Secretaria de Educação (SMEC) de Manoel Viana também não existem. A SMEC não apresentou embasamento suficiente para que os docentes da EMEF Alberto Pasqualini entendessem quais as necessidades do curso proposto. Sem esses guias, dificilmente o curso seria conduzido de forma a atender todas as expectativas dos alunos, e assim explica-se um dos principais motivos da evasão dos alunos.

5 PROJETO DE INTERVENÇÃO: EVASÃO ESCOLAR NO CURSO PROEJA-FIC PESCA E AQUICULTURA NO MUNICÍPIO DE MANOEL VIANA – RS

Frente a gama de situações levantadas por essa pesquisa é possível perceber a necessidade de uma nova concepção para a construção de novos cursos profissionalizantes na modalidade Educação de Jovens e Adultos. Para tanto, é preciso avançar no sentido de discutir novos parâmetros a serem seguidos quando da implantação desses cursos.

Este projeto de intervenção busca subsidiar os setores responsáveis pela implantação dessa modalidade a nível municipal, desde a Secretaria de Educação, a Escola e também nesse caso a Associação de Pescadores para que possam potencializar esses cursos, visando atingir o objetivo da conclusão desse nível de ensino por parte dos educandos.

É preciso que esses alunos tenham acesso a todas as informações necessárias para que venham lograr sucesso nesse retorno à escola, uma vez que não nos parece ser algo simples voltar a frequentar uma escola como aluno depois de muitos anos de afastamento, talvez estudando na escola por onde passaram seus filhos e até netos como em alguns casos.

5.1 Justificativa

Frente a todas as situações discutidas anteriormente que conduziram esses alunos, que deveriam estar concluindo o ensino fundamental e recebendo uma certificação técnica de pesca e aquicultura, ao abandono dos bancos escolares mais uma vez justifica-se um projeto de intervenção com o intuito de promover um processo de formação junto a Secretaria de Educação do Município, Equipe Diretiva e Professores da Escola Alberto Pasqualini e Associação de Pescadores do município de Manoel Viana, no sentido de elaborar um protocolo de atividades preparatórias para a implantação de curso na modalidade Proeja ou similares, como é hoje o PRONATEC, onde a relação Educação e Trabalho seja amplamente discutida e fundamentada para que problemas como os detectados nesse curso não venham mais a ocorrer.

5.2 Objetivos

5.2.1 Objetivo geral

Promover formação junto a Secretaria Municipal de Educação, Escola Alberto Pasqualini e Associação de Pescadores para a reorganização do curso sob a perspectiva do sujeito trabalhador, de forma que novos cursos não venham a sofrer com a evasão escolar.

5.2.2 Objetivos específicos

- Socializar os resultados da pesquisa diagnóstico com o intuito de desencadear a análise e discussão referente ao curso PROEJA-FIC Pesca e Aquicultura.

-Trabalhar junto a Secretaria de Educação e professores para que o processo de inserção de alunos em cursos de PROEJA ou cursos semelhantes seja centrado no sujeito, ou seja, no aluno;

-Discutir a realidade da evasão no contexto da EJA e da escola como um todo, na perspectiva de formação continuada para professores.

5.3 Desenvolvimento do projeto

O processo de intervenção teve como ponto de partida reuniões com todos os segmentos para a apresentação dos resultados da pesquisa, bem como discutir a concepção e o processo de implantação desses cursos, para que futuramente os índices de evasão sejam cada vez menores e com a busca da excelência, ou seja, índice de evasão com percentual zero.

Junto a Secretaria de Educação foi realizado um estudo mostrando as bases legais que regem a educação profissionalizante no Brasil, objetivos e metas bem como a indicação da necessidade de criação de um grupo permanente de estudos que busque identificar dentro do município necessidades e potencialidades para que novos cursos sejam implantados.

Além disso, foi trabalhada a questão de necessidade de se estabelecer métodos de seleção dos candidatos que levem conta fatores como as características do curso, disponibilidade, interesse em cursar e que não haja um recrutamento de alunos e que se prime pelo voluntariado consciente.

A necessidade de um auxílio financeiro a esses alunos também é uma interveniente importante a se considerar na obtenção de resultados positivos ao final do curso, uma vez que ao que parece essa é um dos principais incentivos para que participem e permaneçam frequentando as aulas.

A escola por sua vez, por ser o canal de ligação entre a Secretaria de Educação e a comunidade em seu entorno deve ter pleno conhecimento do curso que será implantado. Para isso precisa entender seu importante papel dentro desse processo que consistirá na participação da implantação do curso, inscrição e seleção dos alunos, disponibilização de professores e elaboração de material didático.

Com relação à questão do processo de inscrição e seleção dos alunos a intervenção deu-se no sentido de organizar esse processo, definindo, por exemplo, as maneiras de divulgação dos cursos, prazos, promoção de reuniões preparatórias que antecedam os prazos de inscrições para que os interessados possam ter pleno conhecimento do funcionamento de todo o processo e andamento do curso.

A escolha dos professores também é um ponto crucial, uma vez que, muitas vezes são escalados para lecionar aqueles professores que possuem carga horária excedente e precisam ajustar seus horários. Com isso temos profissionais trabalhando em áreas nas quais não são habilitados ou que não tem intenção alguma em atuar.

Com relação a esse fator, na intervenção propomos que os professores da instituição envolvida participem de todo o processo de implantação dos cursos, para que aqueles profissionais que se identificam com a proposta possam se propor a trabalhar na educação profissionalizante de jovens e adultos.

Ao passo que esses professores demonstrem interesse a enfrentar essa caminhada por vontade própria e não por pressão da necessidade de complementar sua carga horária, entendo que estarão abertos a novas ideias como cursos de formação continuada para que possam ter um melhor entendimento das peculiaridades dessa modalidade de ensino.

5.4 Cronograma de ações

	ATIVIDADES	PÚBLICO	TEMÁTICA	OBJETIVO	DURAÇÃO
1	Encontro	Quadro de pessoal da SEC de Manoel Viana	Apresentação da proposta de trabalho	Apresentar e discutir o resultado da pesquisa que buscou conhecer os fatores que levaram a evasão dos alunos Do curso	Aproximadamente 60 minutos
2	Reunião Pedagógica	SEC, Equipe Gestora da Escola e professores	Legislação Proeja	Discutir e conhecer a base legal do Proeja	1 h e 30 minutos
3	Reunião Pedagógica	SEC, Equipe Gestora da Escola e professores	Educação x Trabalho	Refletir a relação educação x trabalho que dá suporte ao curso	1 h e 30 minutos
4	Reunião Pedagógica	SEC, Equipe Gestora da Escola e professores	Evasão na EJA	<p>-(Re)pensar os fatores fatores/motivos que levam os alunos a abandonar o curso;</p> <p>-Montar um protocolo que possa delinear caminhos para a implantação de novos cursos na EJA</p>	3 a 4 horas

Fonte: própria autora

5.5 Descrições das atividades propostas

Nesta seção faremos a descrição das atividades realizadas ao longo da aplicação desta intervenção.

5.5.1 Atividade um

Esta atividade surge como proposta de ação a ser realizada junto a Secretaria de Educação do município de Manoel Viana e tem como objetivo a apresentação e apreciação da proposta de trabalho, baseada nos dados coletados através do diagnóstico. Depois de concluída essa etapa, sugerir e buscar organizar as reuniões pedagógicas junto a SMECD como meio de ações efetivas que possam ser incluídas no calendário escolar da EMEF Alberto Pasqualini. Será considerado satisfatório se num primeiro momento conseguirmos encaixar futuras atividades a serem desenvolvidas. Entretanto, estabelecer um diálogo aberto e franco entre Secretaria de Educação e pesquisador é de suma importância onde temos por objetivo principal refletir, analisar e propor ações para a educação.

5.5.1.1 Desenvolvimento da atividade um

Conforme a proposta da atividade 1(um), procurei a secretaria municipal de educação onde apresentei as propostas do projeto de intervenção e as ações que tinha a intenção de desenvolver, bem como os espaços e sujeitos que estariam envolvidos no processo.

O projeto foi muito bem recebido, tendo em vista que naquele momento a secretaria de educação tinha a intencionalidade de realizar atividades de formação com os professores do quadro municipal, porém havia dificuldades em encontrar pessoal disponível e propostas que viessem de encontro com a realidade do município.

Na ocasião tratei diretamente com a coordenadora de ensino do município que ressaltou que a secretaria tinha interesse em disponibilizar aos professores um processo de discussão que trouxesse reflexão quanto à evasão escolar, tendo em vista que as escolas do município vêm sofrendo com esse problema há muito tempo e de maneira mais específica a EJA.

Ficou acertado que com os professores a atividade seria realizada durante a semana de formação do recesso de julho, inicialmente com a participação dos professores da EJA, o que posteriormente foi alterado, passando a fazerem parte todos os professores da escola Alberto Pasqualini. Porém, trataremos disso quando discutirmos a realização do encontro com os professores.

5.5.2 Atividade dois

Para a realização da ação número 2, será necessária a participação da Secretaria de Educação, Equipe Gestora da escola e os professores que atuam na Educação de Jovens e Adultos (se houver necessidade pode ser aberto a outros profissionais de rede) como se trata de uma formação pedagógica os mesmos já são convidados a participar de qualquer atividade na escola previamente agendadas.

Nesse momento será apresentado aos docentes as leis que regem a Educação de Jovens e Adultos (PROEJA), discutindo sobre cada uma delas. Para essa atividade será necessário usar como recursos computador, Data show para apresentações de slides, cópias disponibilizadas em papel A4. Essa atividade pode ser realizada em grupo por se tratar de um número reduzido de professores. Será considerada uma ação proveitosa se conseguir provocar nos professores uma reflexão sobre tais leis e como elas são aplicadas no seu cotidiano, local de trabalho (estão presentes?).

5.5.3 Atividade três

A atividade 3 é uma sequência da atividade número 2 . Para essa atividade temos que contar com a Secretaria de Educação, Equipe Gestora da escola e professores que atuam na Educação de Jovens e Adultos (podendo ser aberto para os demais docentes da rede). Por se tratar da reflexão da relação educação x trabalho, a dinâmica a ser usada será um texto previamente selecionado para um primeiro momento, para que haja uma reflexão sobre o assunto.

Após será convidado um aluno que permanece no curso (atualmente presidente da Associação de Pescadores de Manoel Viana) para que relate como ele vê seu trabalho com a educação. Que nesse momento ele coloque suas expectativas em relação ao curso e seu trabalho, o que levou ele a permanecer no

curso? Suas falas serão sobre suas experiências de vida. Após a fala do aluno ficará aberto para os demais participantes colocarem sua opinião sobre essa temática, ou até mesmo levantar questionamentos para que possamos continuar discutindo sobre esse assunto. Nesse momento a avaliação será considerada satisfatória se todos colaborarem expondo seu posicionamento sobre educação/trabalho.

5.5.3.1 Desenvolvimento das atividades dois e três

Sendo que essas duas atividades eram complementares, em conversas com a coordenadora de ensino da secretaria de educação, optou-se por tornar as atividades dois e três em uma única atividade, de maneira a integrá-las aproveitando-se assim o mesmo momento de encontro com os professores municipais.

Tendo em vista que a SMECD, estava organizando uma atividade de formação continuada para os professores dessa escola cuja temática que seria trabalhada com os professores da EJA era evasão escolar, tema este de interesse desta secretaria, fui convidada a desenvolver a ação com todo o grupo de professores da escola. Ficou acertado que a ação seria realizada com professores do Ensino Fundamental Anos Finais e da Educação de Jovens e Adultos, pois a proposta de intervenção se alinhava com este grupo de professores. Segundo a coordenadora de ensino, o tema evasão é pertinente no âmbito da SMECD sendo que não somente na modalidade EJA, mas também no Ensino Regular existe registros de evasão escolar e que o assunto precisava ser tratado de maneira franca e aberta com o grupo de professores para que se possa entender como estes veem o problema.

A aplicação da atividade deu-se no dia vinte e um de julho de dois mil e quatorze, no período da manhã com início às oito horas e sendo finaliza ao meio-dia e quinze minutos com intervalo às dez horas da manhã.

É importante ressaltar que a atividade não foi desenvolvida na Escola Alberto Pasqualini e sim na Escola Estadual Salgado Filho, segundo a SMEC a primeira não dispõe de um espaço adequado e confortável aos professores como o auditório da escola Salgado Filho. A intenção inicial era que a proposta fosse aplicada no espaço de trabalho dos professores, mas como era necessária a liberação da SMECD para realizá-la procurei me adequar ao espaço disponibilizado no momento.

A atividade contou com a participação de 26 professores que foram recepcionados no portão da escola por representantes da SMECD e encaminhados ao auditório da escola para que então pudessemos dar início aos trabalhos. Inicialmente ocorreu a fala da diretora da Escola Salgado Filho que deu a todos os presentes as boas vindas à escola e colocou-se a disposição para o que fosse necessário durante o encontro. Em seguida, a secretária de Educação do município ressaltou da importância de momentos de formação onde os professores têm a possibilidade de discutir seu fazer pedagógico no seu dia-a-dia. No momento seguinte fui apresentada aos professores com uma breve descrição da atividade que seria desenvolvida. Agradei a presença de todos e como forma de “quebrar o gelo” do primeiro contato fiz questão de dizer a todos da minha alegria de estar de volta à escola onde dei início a minha trajetória estudantil, cursando parte do ensino fundamental e de estar compartilhando com todos esse momento de formação, inclusive contando com a participação da professora que me alfabetizou, onde tinha uma grande expectativa em relação aos resultados das discussões que iríamos realizar durante aquela manhã. Falei a todos que esta atividade fazia parte do meu projeto do Mestrado Profissional em Educação da Universidade Federal do Pampa, Campus Jaguarão.

Dando início às atividades apresentei aos professores um breve roteiro do que estava sendo proposto para aquele encontro, com descrição dos horários de início, intervalo e de finalização das atividades. O auditório que nos foi disponibilizado contava com carteiras estofadas e Datashow, além de dois ar-condicionado modelo Split.

A atividade teve seu início com uma apresentação acerca dos documentos oficiais que regem a EJA e PROEJA no Brasil...para que pudessem ficar a par dessa fundamentação legal, sendo que estas informações ainda lhes eram desconhecidas. Essa atividade teve duração de aproximadamente quarenta e cinco minutos, pois um tempo maior poderia colocar em risco a apreensão da atenção dos presentes.

Finalizada a primeira parte, os professores foram divididos em quatro grupos, dois grupos com seis componentes e dois grupos de sete componentes. Os grupos foram divididos por livre escolha dos componentes, ou seja, por afinidade.

A atividade de grupo consistiu na leitura de dois textos, sendo o primeiro “Refletindo com Paulo Freire sobre a evasão escolar”, que ficou a cargo dos grupos

um e dois e o segundo texto “Evasão de alunos na EJA e reconhecimento social: Crítica ao senso comum e as suas justificativas”, a cargo dos grupos três e quatro.

Para que a leitura dos textos tivesse um direcionamento apresentei aos professores algumas questões que chamaremos aqui de questões norteadoras, as quais depois da leitura do texto serviriam como ponto de partida para reflexões dentro do grupo, sendo que as conclusões retiradas do debate deveriam ser apresentadas ao grande grupo por um relator, como forma de socializar com os demais aquilo que foi lido e refletido nos grupos menores.

As questões norteadoras consistiram nas seguintes perguntas:

- A escola conhece as razões que levam seu educando se evadir da escola?
- A escola na maioria das vezes acompanha a frequência dos educandos? Se acompanha, procura investigar as razões das faltas e/ou abandono?
- A equipe escolar e/ou instituição sempre desenvolve ações que incentivam a permanência dos educandos desestimulando o abandono?
- A escola conhece os fatores que colaboram para a evasão escolar na comunidade onde está inserida?
- Que ações o grupo sugere para tentar sanar essa situação na sua escola?

As leituras e reflexões nos grupos se desenrolaram por aproximadamente cinquenta minutos onde, em alguns momentos, o espaço ficava um pouco tumultuado, pois todos queriam opinar sobre o que estava sendo lido. O primeiro texto trazia uma reflexão acerca das questões socioeconômicas que permeiam uma comunidade, caracterizando-a perante a sociedade como um todo e até mesmo atribuindo-lhe certos estigmas preconceituosos que são involuntariamente absorvidos pelos indivíduos que ali vivem, fazendo com que além dos problemas sociais a que estão expostos tenham ainda que enfrentar o preconceito da sociedade.

Após a leitura e discussão nos grupos um e dois, estes passaram a socializar a partir de seus relatores as reflexões feitas acerca do tema. Segundo os professores esse texto reflete perfeitamente a realidade encontrada na Escola Alberto Pasqualini, que atende alunos oriundos de bairros da periferia da cidade, onde as famílias não possuem uma situação econômica estável e convivem diariamente com situações de abandono social, tráfico e consumo de drogas. Segundo eles, os alunos oriundos desses bairros possuem baixa autoestima e têm

dificuldades de se relacionar com a escola como um todo, muitas vezes vendo nesse espaço uma espécie de aprisionamento, enquanto que a escola deveria ser um lugar de libertação do indivíduo.

Conforme os relatos desses professores, ao longo dos anos muitos de seus alunos acabaram abandonando os estudos por não se sentirem inclusos nesse espaço, pois, as escolas, muitas vezes, possuem currículos “engessados” que não respeitam a realidade dos alunos.

Segundo os professores que atuam na EJA, o problema também ocorre nessa modalidade que foi implantada na escola a partir da necessidade de trazer de volta aos bancos escolares uma parcela significativa da comunidade atendida pela escola, sendo que muitos desses alunos não podiam estudar nos turnos diurnos, pois trabalham nesse período.

Acreditam ainda que o alto índice de evasão da EJA ocorre principalmente pela falta da elaboração de um plano de ação que contemple de forma integral os anseios desses alunos, como um currículo adequado aos seus tempos e condições de estudo, formas diferenciadas de avaliação e até mesmo fornecimento de merenda escolar de qualidade.

Sugeriram ainda que é necessário rever o fazer pedagógico para ser mais atrativo para o aluno fazendo que o momento de sala de aula não seja algo mecânico, onde o professor detém o conhecimento e o passa ao aluno que é um mero absorvedor. Esse tem que ser um momento de troca mútua e prazeroso tanto para o professor quanto para o aluno.

Para mim, no entanto, o que se pode notar é que os professores também estão de certa forma desmotivados, tendo em vista que colocaram em suas falas os seus descontentamentos e isso é em todos os sentidos, indo desde uma questão de carga horária elevada, condições ruins de trabalho, falta de material, questão salarial e principalmente a falta de reconhecimento por parte da sociedade do importante papel que desempenham.

Segundo eles, são muitas vezes desrespeitados e hostilizados por pais e alunos, como se fossem obrigados a se manterem quietos, pois estão sendo pagos para isso.

Essa desmotivação dos professores irá se refletir em suas aulas e, conseqüentemente, em seus alunos, que não irão perceber o real sentido de continuar seus estudos uma vez que o profissional que está a sua frente e que

muitas vezes lhes é por certos momentos fonte de inspiração, demonstra que mesmo tendo cursado o ensino superior, encontra-se desmotivado com a profissão. Portanto, não significa que quanto maior o grau de estudo melhor a sua situação pessoal. Então porque continuar estudando? Esta pergunta precisa ser respondida de maneira positiva, com atitudes que incentivem esses educandos, que passa pela valorização da educação como um todo, tanto no âmbito das estruturas físicas e na valorização dos profissionais quanto do ato da importância da busca constante de aperfeiçoamento.

O texto dois, apresentado pelos grupos três e quatro trouxe uma complementação bastante interessante ao texto um, pois traz um estudo que aponta para uma discussão das possíveis causas ou as mais citadas para a evasão escolar na EJA, onde os professores se detiveram muito na questão da “falta de interesse” dos alunos em continuar estudando, que em geral é a justificativa da maioria dos professores e órgãos responsáveis pelos sistemas de ensino, como por exemplo as secretarias de educação.

Entretanto, diante do exposto no texto por eles lido e depois socializado com os demais, passaram a discutir outras possibilidades para a ocorrência da evasão escolar, porém essa afirmação de senso comum prevaleceu na maioria das falas. Já os professores que trabalham diretamente na EJA foram enfáticos em afirmar que a evasão nessa modalidade se dá muito pela forma como esta modalidade é tratada no âmbito da escola, onde não há disponibilidade da secretaria da escola como, por exemplo, para simples impressão dos cadernos de chamada, ou de materiais necessários para as aulas, ficando esse fator a cargo dos professores.

Uma ementa de conteúdos copiados do regular sem uma adequação a realidade desses alunos, não levando em conta suas reais necessidades e anseios para essa nova investida nos bancos escolares.

Outra questão levantada por esses professores diz respeito a merenda escolar, uma vez que muitos desses alunos trabalham durante o dia em atividades desgastantes como construção civil, olarias, domésticas entre outras e que muitas vezes se deslocam do local de trabalho direto para a escola. Portanto se faz necessário uma merenda de qualidade, capaz de satisfazer suas necessidades nutricionais, o que segundo os professores não acontecia na maior parte do tempo.

Isso faz com que os alunos se retirem da aula mais cedo, porém com o passar do tempo isso passa a ser uma rotina, até não mais virem à escola. Com

relação ao grupo de pescadores, foco de estudos desse trabalho, não foi possível contar com a presença desses alunos como proposto na atividade três uma vez que se encontram em época de plena atividade pesqueira e, portanto, estão no rio desempenhando seu trabalho de pescador.

5.5.4 Atividade quatro

Na atividade quatro contamos novamente com a presença da Secretaria de Educação, Equipe Gestora da escola e professores que atuam na Educação de Jovens e Adultos (podendo ser aberto para os demais docentes da rede). Trará como tema a Evasão na Educação de Jovens e Adultos. Essa atividade poderá ser realizada em pequenos grupos para que todos possam expor suas ideias. Relatando para o grande grupo os principais fatores que eles atribuem para a evasão do curso. Logo depois apresentar aos participantes os reais motivos que levaram os alunos evadidos a abandonar o curso para que possamos refletir as exposições feitas sobre o assunto.

Baseado em todas essas atividades desenvolvidas nos encontros anteriores será proposto para que o grupo construa um protocolo que traga algumas orientações, norteie caminhos como sugestões para que possam servir de sugestão a implementação de novos cursos relacionados à Educação de Jovens Adultos no município de Manoel Viana contribuindo para que o índice de Evasão apresentados nos próximos cursos a serem ofertados sejam menores.

Após todas essas ações realizadas a avaliação será proposta através de perguntas previamente elaboradas com espaço de até seis linhas para suas respostas. Todos os participantes deverão preenchê-las, para que possamos verificar suas expectativas enquanto as ações propostas e que sirvam de sugestões para novos estudos que possam surgir ao longo do tempo. Todas essas propostas de ação a qualquer momento poderão ser (re)planejadas, sempre que haja necessidade de propor mudanças, pois estamos a cada passo avaliando.

5.5.4.1 Desenvolvimento da atividade quatro

Após a atividade anterior, a SMECD achou por bem não ser mais necessário reunir o grupo de professores para trabalhar novamente o assunto pois considerou o

encontro anterior bastante proveitoso pois caracterizou muito bem a parte legal da EJA e PROEJA, além de propiciar aos professores um momento de reflexão e discussão das suas práticas e de todas as intervenientes envolvidas na implantação e implementação dessa modalidade de ensino nos quadros das escolas municipais.

Enquanto pesquisadora e observadora da relação professores/SMECD, pude perceber que na verdade houve certo descontentamento por parte da segunda em função das reclamações feitas pelos professores, e que em sua maioria se faziam justas. Porém, é importante dizer que mesmo conhecendo as dificuldades, poucos foram os professores que apresentaram propostas que pudessem vir em auxílio dos problemas verificados.

5.5.5 Atividade cinco

A atividade cinco foi pensada ao longo do tempo, após as atividades dois e três, tendo em vista que existia conhecimento a respeito do que os professores pensavam, além de termos a partir da pesquisa realizada com os evadidos o que eles alegavam para terem mais uma vez se evadido. Precisava agora entender o que fez com que os demais alunos continuassem estudando?

Para responder essa pergunta pensei essa quinta atividade que consiste em um encontro com os alunos que permanecem frequentando as aulas para que possam expor os motivos que os fizeram continuar seus estudos, sendo que podemos dizer que passaram pelas mesmas dificuldades daqueles que abandonaram as aulas. Além disso, discutir com os alunos, como eles percebem a relação educação/trabalho, ou seja, de que forma foi possível relacionar o que aprenderam ao longo do curso com a atividade pesqueira que desenvolvem.

Já estive com esses alunos em outras oportunidades e pude perceber que são pessoas bastante tímidas que apenas com o desenrolar da conversa acabam se soltando e falando aquilo que pensam e sentem de verdade.

Com base nessa característica propus para a diretora da Escola Alberto Pasqualini um encontro com os alunos para que eu pudesse fazer alguns questionamentos para entender o que havia feito com que permanecessem no curso. Faríamos esse encontro na escola no período em eles não estivessem pescando, durante a Piracema.

5.5.5.1 Desenvolvimento da atividade

Para realização da atividade foi feito contato, através da direção da escola, com os alunos onde foram convidados a vir até a escola para um encontro, onde eu faria algumas perguntas a eles sobre o curso que estavam participando.

Ocorreu que na primeira e segunda oportunidades em que o encontro foi marcado os alunos não compareceram. Passadas algumas semanas após a última tentativa, em novo encontro com a diretora, discutíamos como trazer esses alunos até a escola, sendo que suas aulas já haviam acabado e estavam apenas aguardando a formatura.

Tive a ideia de buscar junto ao Instituto Federal Farroupilha informações sobre a realização da formatura desses alunos e a partir daí chamá-los para uma reunião, onde então, eu teria a oportunidade de conversar com eles. Fui em busca dessas informações juntamente com a diretora da escola e conseguimos marcar uma data para a realização da formatura, sendo que posteriormente essa data sofreu quatro alterações.

Feito isso foi marcado o encontro com os alunos e como já era esperado todos compareceram, pois queriam receber logo o certificado de conclusão. Receber esse certificado representa para esses alunos a personificação de todos os seus esforços para realizar seu desejo de concluir o ensino fundamental.

Figura 5 – Turma de alunos Pescadores e Professores



Fonte: Própria Autora

O encontro contou ainda com a presença de quatro professores que atuavam no curso e que fizeram questão de se fazer presente junto aos alunos, figura 5, pois têm por eles um carinho especial, o que pude notar a partir da própria interação dos alunos com os professores enquanto aguardavam para começar a atividade. Após a diretora falar sobre a data da formatura e alguns outros comunicados com relação a solenidade, disse a eles que gostaria de conversar alguns instantes com eles e que a seguir teríamos uma pequena confraternização com os presentes, o que os deixou bem animados e mais soltos, facilitando assim o meu contato com eles.

Inicialmente, saudei a todos e agradei por terem comparecido, parabeneizei a todos por terem concluído essa importante etapa em suas vidas, pela força de vontade, por enfrentarem todas as adversidades postas em seu caminho e terem chegado até ali. Em seguida, perguntei a eles se poderia fazer algumas perguntas e que iríamos conversando e poderiam e deveriam falar tudo o que tivessem vontade, enquanto nossa conversa se desenrolasse. Todos concordaram e começamos então nossa atividade.

Minha fala teve início fazendo uma retomada da minha trajetória enquanto pesquisadora dentro do curso no qual eles eram alunos e do interesse que tenho em compreender as razões que levam os alunos a se evadirem da escola, mas também do interesse em conhecer o que faz com que tendo as mesmas condições outros permaneçam até o final.

Falei também que aquela turma havia iniciado com vinte e cinco alunos e hoje praticamente metade da turma não frequentava mais curso. Perguntei se sabiam o significado da palavra “evadido” e de pronto uma das alunas respondeu que referia-se a “desistir da escola”. Porém, no caso de muitos dos alunos que desistiram não se trata apenas de desistir da escola, trata-se de desistir de um sonho de mudança, da busca por oportunidades melhores, de incluir-se numa sociedade extremamente excludente.

No que diz respeito a suas percepções da relação que fazem entre a educação e o trabalho e de que forma o que aprenderam em sala de aula veio a contribuir com o seu dia-a-dia, ao serem questionados, trouxe uma grande discussão, sendo que os alunos tinham uma série de colocações a fazer.

Questionei-os a respeito das contribuições reais que o curso trouxe para o seu campo de trabalho e o presidente da associação dos pescadores pediu a palavra.

- Esse curso ajudou bastante a gente, pudemos concluir o estudo...o fundamental, e isso a ajuda muito, sem estudo a gente não é nada...ajuda muito, é, ajuda muito...só que a parte técnica o IFF não ajudou, nem sala de aula a gente tinha. Nós ficava lá sendo corrido de sala em sala e as vezes vinha embora sem aula (Presidente da Associação dos Pescadores).

Ao final da fala do aluno e presidente da associação outros alunos também queriam se manifestar, pude observar que queriam defender a escola Alberto Pasqualini de qualquer ameaça que parecia surgir nas perguntas, porém, com relação IFF, o sentimento era bem diferente, como transcrevo na fala a seguir.

- “O ensino aqui na escola foi muito bom, bah, muito bom mesmo. Eu mesmo fazia muitos anos que não estudava e agora concluí a oitava sério. Lá no IFF a gente não teve nada, é, nada mesmo, só conversa” (Aluno 1).

Essa alegação a respeito do IFF é devido ao fato de que a instituição se comprometeu, segundo os alunos a trabalhar com beneficiamento de pescado e aproveitamento de algumas partes como as escamas do peixe para a produção de artesanato o que segundo eles não foi feito.

Deixaram claro ainda que esperavam uma maior contribuição do IFF na sua formação, pois os professores da escola Alberto Pasqualini, segundo eles, sempre se esforçaram ao máximo para fazer o melhor por eles e que muitas coisas que aprenderam em sala de aula não tinham ligação com sua atividade, mas que de certa forma os auxiliou a entrarem em contato novamente com o espaço da escola.

Essa questão referente à falta de ligação entre o material disponibilizado aos alunos e o seu trabalho, no caso a pesca, já havia sido apontado por essa pesquisadora durante a pesquisa realizada com os alunos evadidos. Porém, para os que permaneceram isso não foi uma barreira para alcançarem o término do curso.

- Para mim foi o maior prazer que eu tive, poder voltar a estudar...pela minha idade, pela minha idade estar de volta na escola foi uma coisa muito boa. Eu pude voltar a aprender a matemática, a geografia, a história, mas bah!...Então, foi a coisa mais linda que aconteceu na minha vida, porque eu pensava que nunca mais iria voltar a estudar e isso era um sonho e

continuo tendo um sonho de estudar mais ainda, porque me ajudou muito na pescaria, hoje eu sou mais esperta na hora de fazer os meus negócios (risos)...Agora enquanto que lá (IFF) nós não aprendemos nada...enquanto que aqui (escola) fomos recebidos com carinho, os professores nos ensinaram muito bem, mas bah!, não tem que falar daqui, muito bom, muito bom(Aluna 2).

Retomei novamente a pergunta acerca de como eles percebiam a relação entre educação e trabalho no seu meio, tendo em vista que suas falas estavam girando muito mais no entorno da forma como foram recebidos nas duas escolas, uma vez que foi fácil perceber que estavam felizes na escola Alberto Pasqualini e descontentes com o IFF por não se sentirem acolhidos e nem mesmo respeitados. Fui mais direta e dirigi a palavra a um aluno que se encontrava sentado no canto da sala e que ainda não havia se manifestado. E você como vê esta questão?

- Olha professora, para mim isso foi muito bom, quando que eu iria poder voltar a estudar devido o meu trabalho, a pesca né! Eu acho que foi bastante proveitoso e aqueles que desistiram perderam muito, eu aprendi muito e com certeza vai melhorar no meu trabalho...Até no meu acampamento eu já penso melhor na hora de descartar os lixos, lembro das aulas de ciências, que a gente tem que cuidar do meio ambiente...os plásticos, imagina, duzentos, trezentos anos pra se desmanchar, mas tá louco e eu não sabia...teve, teve também aquele negócio, a linha lateral do peixe que a gente pensava que era a catinga do peixe, mas bah! Agora, lá no IFF a gente só caminhou à toa (risos)... Eu trabalho melhor hoje do que antes de estudar, isso eu tenho pra dizer pra vocês, é, é isso (Aluno 3).

Essa fala trouxe a concordância de todos os demais presentes onde afirmavam nas conversas paralelas que também estavam melhores nos acampamentos porque os professores deram muitas dicas, até mesmo de redução de custos e armazenamento de comida e pescado, como por exemplo utilizar gelo moído em vez de barras pois o primeiro tem uma durabilidade maior. Esses foram alguns de seus comentários e que pude anotar ao longo das discussões. O mesmo aluno da fala anterior continuou:

- É que ali no IFF a gente esperava muito mais né, a gente foi muito rápido lá, a gente ia e voltava e nada acontecia, deixavam a gente esperando.

Disseram que iam nos ensinar a fazer filé de peixe nada...a gente esperava muito mais, é! Olha só, eles compraram aquele baita barco com motor e tá lá parado, nunca fizeram as visitas nos acampamentos como disseram que iam, pois é, foi isso no IFF (Aluno 3).

Para avaliar a atividade perguntei a eles se consideravam esse momento proveitoso e se achavam que essa conversa veio em momento oportuno ou deveria ter acontecido mais vezes e em outros momentos para que pudessem ser ouvidos? Em caso achassem que isso deveria ter sido feito antes, quem seriam as pessoas que deveriam ouvi-los?

- Olha, a gente parou as aulas faz uns seis meses e ninguém procurou a gente pra nada, como foi o curso inteiro, se não fossem nossos professores daqui (escola), ninguém dava bola pra gente (risos) ...eu acho que tinham que ter nos procurado muito antes, o IFF principalmente pra perguntar pra gente o que nós achava das aulas lá, daí a gente ia dizer o que pensava e eles iam dar um jeito, mas não ninguém fez uma reunião assim, só a senhora, e na minha opinião tinha que ser assim, como a senhora está falando com a gente e nos ouvindo, é assim que tem que ser, senão fazem as coisas da cabeça deles e acham que está certo (Aluna 5).

Nessa fala posso considerar que a atividade proposta teve seu êxito, sendo que foi feito aquilo a qual se propôs, ouvir esses alunos e dar voz a seus pensamentos que, muitas vezes, jamais são externados por falta de oportunidade e capacidade das pessoas que os atendem de perceber que por trás de um semblante humilde e muitas vezes tímido se esconde um ser humano com importante experiência de vida adquirida no seu fazer diário

5.6 Custos e recursos

Para a realização do Projeto de Intervenção foram necessários recursos materiais como: sala para estudo/espço adequado ao número prévio de professores, Datashow, computador, folhas, material impresso previamente elaborado, microfone, caixa de som, entre outros. Quanto ao custo devemos levar em conta o deslocamento das pessoas envolvidas até a escola e os materiais de consumo a serem disponibilizados nos encontros.

5.7 Avaliação do projeto

A avaliação dentro do contexto educacional é um processo contínuo, como já determina a própria Lei das Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDBEN, lei nº 9394/96). Portanto, ao longo de todas as etapas o projeto estará sendo avaliado, seja de forma individual ou pelo grupo atingido por suas ações.

Em cada encontro foi disponibilizado material de avaliação para os participantes quanto à atividade proposta que constava de questões abertas onde o participante poderia opinar sobre o andamento da atividade. O material avaliativo contou com um grupo de questões com o espaço de até seis linhas em branco para serem preenchidas se assim o acharem necessário (Anexo B).

Com base nas respostas dos participantes das atividades desenvolvidas ao longo da aplicação do projeto de intervenção, pode-se notar que de maneira geral a proposta foi bem recebida pelos participantes, tendo em vista que ela busca dar a eles a oportunidade de estarem falando e expondo suas ideias e percepções acerca da evasão escolar, das motivações que levam esses alunos a desistirem de estar no espaço da escola.

Foi possível observar durante o encontro com os professores e direção da escola, após encerradas as atividades e realizada uma primeira avaliação através da fala desses participantes, que esses momentos são importantes para eles, disseram que o ponto positivo foi a possibilidade de discutir evasão escolar baseado em textos de apoio e na vivência que estes possuem.

Ressaltaram, também, a importância de conhecerem os documentos oficiais e o que dizem esses documentos quando da implantação de novos cursos e modalidades de ensino nas escolas e que de maneira geral parte-se para a sala de aula sem conhecer as normativas e os parâmetros que regem esses cursos.

Consideraram que essa primeira parte do encontro trouxe muitos esclarecimentos para dúvidas que persistiam a respeito da EJA, uma vez que estavam fazendo uso de metodologias que não se adequavam à realidade dessa modalidade por desconhecerem os documentos oficiais.

Com relação as questões utilizadas para que pudessem avaliar de maneira escrita a atividade que participaram pontuaram como positivo a realização do encontro e a abertura que foi dada aos professores para que pudessem ler os textos propostos e se posicionar a partir destes, defendendo suas ideias.

Além disso ressaltaram o fato de que o encontro abre uma nova visão quando da implantação de novos cursos, uma vez que sempre eram definidos pela SMECD e apresentados na escola, sendo que a direção e os professores só ficavam sabendo no momento de acertar os quadros de pessoal, onde se define as turmas em que os professores irão trabalhar. Afirmaram que a partir de agora deverão ser feitas discussões com os professores, direção da escola e SMECD para que todos tenham conhecimentos do curso a ser implantado, da proposta, comunidade atingida, metodologia a ser utilizada entre outros fatores que são importantes para um bom fazer pedagógico, que traga satisfação aos alunos e também aos profissionais envolvidos.

6 CONSIDERAÇÕES FINAIS

O presente relatório crítico-reflexivo relatou a realização de uma pesquisa que buscou identificar fatores e motivos que levaram uma turma de PROEJA a índice de evasão em torno de cinquenta por cento. A partir dos resultados apontados pela pesquisa foi construído e posteriormente aplicado um projeto de intervenção que buscou atuar diretamente nas áreas onde os problemas foram apontados, com o intuito de modificar de maneira positiva esses índices para futuras turmas.

A evasão escolar, muito discutida no contexto educacional e tema de uma série de trabalhos científicos apresenta características gerais, mas a especificidade da população brasileira, com suas tradições e costumes, peculiaridades que fazem um lugar único, muitas vezes fogem do usual e não se enquadram em parâmetros de generalização.

Muitas vezes, é o senso comum que determina a identificação por parte da escola, das prefeituras e de governantes em geral das motivações que levam um aluno a abandonar a escola. Os professores atribuem a falta de vontade dos alunos, as escolas atribuem as condições sociais que o sujeito se encontra, enquanto que os governos dizem que são os professores que não estão fazendo seu trabalho de forma motivadora para os alunos.

A pesquisa apontou que na verdade alunos, professores, escola e governo têm sua parcela de culpa. Os alunos, por exemplo, matricularam-se baseados em uma série de promessas que lhes foi feita, principalmente no pagamento de uma bolsa de auxílio mensal no valor de cem reais ao longo do curso, enquanto que o interesse maior deveria ser a possibilidade de concluir o ensino fundamental.

Ainda com relação aos alunos podemos citar aqueles que mesmo não sendo pescadores e desempenhando atividade completamente alheia a pesca, cederam a pressões de outras pessoas para completar turma e efetivaram sua matrícula, mesmo sabendo que não teriam disponibilidade de frequentar as aulas presenciais.

A escola falhou ao aceitar a criação de uma turma de PROEJA sem uma discussão prévia das implicações legais, da disponibilidade de professores habilitados e com conhecimento na área de Educação de Jovens e Adultos. Não houve por parte da escola uma preocupação em preparar esses profissionais para o

que iriam enfrentar a partir da inserção dessa turma na escola, tendo em vista que havia todo um calendário diferenciado em virtude das peculiaridades, imposto pela atividade pesqueira, uma vez que os alunos não frequentariam regularmente as aulas e deveriam ser preparadas apostilas para que levassem para casa.

Não houve uma preocupação em discutir esse material, nem mesmo os alunos sabiam direito o que era para fazer com as apostilas, uns acreditavam que era apenas para ler.

O governo municipal representado pela SMECD teve sua parcela de culpa em se preocupar apenas com a implantação do curso, em completar as vagas oferecidas e começar o mais rápido possível. Não houve um cuidado na seleção dos alunos. Se era para pescadores, o primeiro requisito deveria ser o de exercer como fonte de renda da família a pesca.

A SMECD não colocou nem mesmo a escola a par desse processo, na verdade a manteve à margem. Não há sequer documentos oficiais que celebrem a parceria entre a prefeitura do município de Manoel Viana e o IFF – campus Alegrete. Não há no PPP (Projeto Político Pedagógico) da Escola nenhuma referência para essa modalidade, tão pouco a preocupação deste ensino para que levasse em conta justamente as diferentes características dessa turma.

O somatório de todas essas questões refletiu diretamente no elevado índice de evasão.

Com relação às atividades propostas e realizadas no projeto de intervenção, podemos afirmar que tiveram o impacto desejado, pois deu a SMECD a visão de que é preciso conhecer as bases legais que regem esses cursos e discutí-las com as equipes diretivas das escolas e seus respectivos professores, muito embora sabendo-se que é necessário cumprir certos prazos e tramites legais.

Esse contato só foi possível a partir da atividade que envolveu os três segmentos, professores, equipe diretiva e SMECD, onde puderam ouvir e ser ouvidos, conhecer os documentos que dão o embasamento legal ao PROEJA, apontar erros e acertos, discutir ideias a serem utilizadas quando da implantação de novos cursos.

Essa mesma atividade, na avaliação dos professores levou-os a pensar o fenômeno da evasão de uma outra forma, não apenas pelo viés do desinteresse e falta de vontade dos alunos, mas pela percepção de uma série de questões

estruturais, de concepção e organização dos setores responsáveis pela educação no município e porque não do país.

Desta forma, conclui-se que a intervenção proposta significou uma pequena parcela de mudança no processo de condução para redução da evasão escolar em novos cursos de PROEJA que venham a ser implantados nas escolas do município, tendo em vista que agora todos setores responsáveis têm conhecimentos dos passos que devem ser seguidos e da necessidade de se manter um diálogo aberto antes, durante e depois da criação dessas novas turmas. Com isso, a busca pela redução dos índices de evasão escolar no PROEJA terá dado um passo importante na obtenção do êxito desejado por todos, a evasão zero, para que mais e mais pessoas possam concluir o ensino fundamental e posteriormente o ensino médio.

Ainda podemos nos perguntar o que levou o indivíduo dessa comunidade, que há muito tempo não estudava, voltar aos bancos escolares? Várias podem ser as respostas: a esperança em adquirir novos conhecimentos, com o objetivo de uma melhor qualidade de vida; a oportunidade de estudar e ser certificado por uma instituição de reconhecida qualidade no ensino; receber a bolsa oferecida pelo governo. A bolsa parece não ter sido um fator determinante, sendo que a evasão do aluno cessaria esse provento. Como geralmente os campi dos institutos federais têm uma forte preocupação com os arranjos produtivos locais e regionais, algumas oportunidades de ensino já devem terem surgido e não foram aproveitadas. Portanto, nós acreditamos que o estímulo dos indivíduos dessa comunidade em voltar a estudar seja a perspectiva de otimizar seus processos no intuito de melhorar sua qualidade de vida. Essa melhoria nos processos, facilitando os métodos ou técnicas já utilizadas, para os indivíduos dessa comunidade, são mais importantes do que a certificação em si, e até mesmo questões financeiras advindas do curso. A certificação pode ser uma ferramenta que comprove conhecimento bancário de um certo saber ou competência, mas nada substitui a prática adquirida durante a vida desses indivíduos. Nesse caso, o saber não substitui o saber fazer.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

AGUIAR, K. F. **Ligações Perigosas e Alianças Insurgentes. Subjetividades e Movimentos Urbanos.** Tese de doutorado, Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2003.

ARROYO, M. G. de. **Escola coerente à Escola possível.** São Paulo: Loyola, 1997 (Coleção Educação popular – nº 8.).

AZEVEDO, F. V. M. de. **Causas e consequências da evasão escolar no ensino de jovens e adultos na escola municipal “Expedito Alves”.** Disponível em: <http://webserver.falnatal.com.br/revista_nova/a4_v2/>. Acesso em: Mar/2014.

BELLO, J. L. P. **Movimento Brasileiro de Alfabetização - MOBRAL: História da Educação no Brasil. Período do Regime Militar.** Pedagogia em Foco, Vitória, 1993. [online] Disponível em: <<http://www.pedagogiaemfoco.pro.br/heb10a.htm>>. Acesso em: Mar/2014.

BRASIL, LDB. **Lei 9.394 – Lei das diretrizes e bases da educação nacional.**

CAMPOS, E. L. F.; OLIVEIRA D. A. **A Infrequência dos alunos adultos trabalhadores, em processo de alfabetização, na Universidade Federal de Minas Gerais.** 2003. Dissertação (Mestrado em Educação) – Faculdade de Educação, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2003.

CHARLOT, B. **Da Relação com o Saber: elementos para uma teoria.** Porto Alegre: Artes Médicas Sul, 2000.

COSTA; et al. **O perfil dos alunos do Proeja no CEFETCE.** Monografia. Fortaleza, 2007.

CUNHA, L. A. **A profissionalização do Ensino Médio.** Rio de Janeiro: Eldorado Tijuca Ltda., 1991.

DIGIÁCOMO, M. J. **Evasão Escolar: Não Basta Comunicar e as Mãos Lavar.** Disponível em: <http://www.mp.ba.gov.br/atuacao/infancia/evasao_escola_murilo.pdf>. Acesso em: Mar/2014.

ESCOLA ALBERTO PASQUALINI. **Projeto Político Pedagógico e Regimento Escolar, 2012.**

FERRARO, A. R. **Analfabetismo no Brasil: desconceitos e políticas de exclusão.** PERSPECTIVA, Florianópolis, v. 22, n. 01, p. 111-126, jan./jun. 2004.

FREIRE, P. **A Educação na Cidade.** São Paulo: Cortez; 1991.

_____. **Pedagogia do Oprimido.** 24ª ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1997.

_____. **Conscientização: Teoria e prática da libertação: Uma introdução ao pensamento de Paulo Freire.** 3ª ed.; São Paulo: Centauro, 2006.

FRIGOTTO, G. et al. **A experiência do trabalho e a educação básica.** – Rio de Janeiro : DP&A, 2002.

_____ (org.) **Trabalho e conhecimento: dilemas na educação do trabalhador.** – 6. ed. – São Paulo : Cortez, 2012.

KUENZER, A. Z. **Pedagogia da Fábrica.** – 8. ed. – São Paulo : Cortez, 2011.

MACHADO, L.; et al. **Construindo conhecimento em Educação de Jovens e Adultos (EJA) integrada à educação profissional – saberes coletivos de uma rede de pesquisadores.** Revista do Centro de Educação. Santa Maria: UFSM, v. 33, n. 3, set./ dez. 2008.

MANFREDI, S. M. **Educação Profissional no Brasil.** São Paulo: Cortez, 2002.

MENESES, J. D. **A Problemática da Evasão Escolar e as Dificuldades da Escolarização.** Disponível em: <<http://www.artigonal.com/ensino-superior-artigos/a-problematica-da-evasao-escolar...da-escolarizacao-2761092.html>>. Acesso em: Mar/2014.

MOREIRA, M. A. **Metodologias de Pesquisa em Ensino.** São Paulo : Editora Livraria da Física, 2011.

NOSELLA, P. **Trabalho e Educação**. In: Frigotto, G. (org) **Trabalho e conhecimento: Dilemas na educação do trabalhador**. – 6. ed. – São Paulo : Cortez, 2012.

PEDRALLI, R. **Evasão escolar na educação de jovens e adultos: problematizando o fenômeno com enfoque na cultura escrita**. RBLA, Belo Horizonte, v. 13, n. 3, p. 771-788, 2013.

QUEIROZ, L. D. **Um Estudo Sobre a Evasão Escolar: para se pensar na inclusão escolar**. Disponível em: <www.anped.org.br/reunioes/25/lucileidedomingosqueirozt13.rtf>. Acesso em: Fev/2014.

SILVA, M. R. **A política de integração curricular no âmbito do PROEJA: entre discursos, sujeitos e práticas**. Ensaio: Avaliação de Políticas Públicas Educacionais, Jun 2011, vol.19, no.71, p.307-326

SOUSA, A. A. **Evasão escolar no ensino médio: velhos ou novos dilemas?** Disponível em: <http://essentiaeditora.iff.edu.br/index.php/vertices/article/viewFile/1220/641...> Acesso em: Mar/2014.

APÊNDICES

APÊNDICE A - Perguntas norteadoras da entrevista realizada com os alunos evadidos.

- Como você teve conhecimento da oferta do curso?
- Como se deu o processo de seleção? Pode descrevê-lo? Qual sua escolaridade quanto da matrícula no curso?
- Havia a oferta de algum tipo de bolsa de auxílio? Qual era o valor?
- Como você se deslocava até a escola?
- Porque evadiu?
- Quando você estava no período de pesca, com que frequência ia até a escola?
- Qual era a disponibilidade dos professores para esclarecer dúvidas que surgissem nos materiais entregues a você?
- Com relação às apostilas, eram de fácil compreensão? Continham todas as informações necessárias para a realização das tarefas?
- Você acha que esse material é adequado ao nível de escolaridade da turma?
- Os professores possuem formação nas suas áreas de atuação?
- As atividades que eram propostas a vocês eram elaboradas com a participação de todos ou já lhes eram entregues prontas?
- Você frequentou o curso durante quanto tempo?
- Você chegou a frequentar as aulas no período de outubro a dezembro?
- Quando você abandonou o curso foi procurado(a) para saber os motivos de sua saída? Se caso houve, quais providencias foram tomadas para que pudesse retornar?
- Pesou em sua decisão de abandonar o curso a metodologia de ensino utilizada?
- Você tem consciência de que pode ter tirado a vaga de alguém que poderia estar concluindo este curso?
- Se houvesse a oportunidade, voltaria a estudar em um curso de PROEJA?
- Como você vê a relação da educação como trabalho? Acha que esse curso poderia trazer melhorias em sua atividade pesqueira?
- Quanto às aulas técnicas, suas expectativas foram ou não alcançadas?
- Você recebeu ou recebe alguma ajuda de custo para frequentar o curso?

APÊNDICE B – Ficha avaliativa para ações de intervenção

Ficha Avaliativa

Local: _____

Data: _____

Atividade: _____

Função ou cargo: _____

Como forma de contribuir na avaliação dessa atividade, complete as questões a seguir:

❖ O que eu mais gostei da atividade foi

❖ Acho que poderia ser melhor se

❖ O que não gostei foi

❖ Se eu fosse atribuir nota de 1 (um) à 5 (cinco), seria _____.

❖ Para a próxima formação gostaria que _____